

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E
SUA RELAÇÃO COM A VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL: UM OLHAR PARA O
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO.**

Dissertação de Mestrado

Leila Adriana Baptaglin

Santa Maria, RS, Brasil.

2010

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E SUA RELAÇÃO
COM A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM OLHAR
PARA O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO.**

por

Leila Adriana Baptaglin

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-
Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade
Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do grau
de

Mestre em Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha

**Santa Maria, RS, Brasil.
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

A Comissão Examinadora, abaixo-assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E SUA RELAÇÃO
COM A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM OLHAR
PARA O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO.**

ELABORADA POR

Leila Adriana Baptaglin

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Patrimônio Cultural

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha (UFPEL)

(Presidente/Orientador)

Profa. Dra. Marilda Oliveira de Oliveira (UFSM)

(Membro)

Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM)

(Membro)

Profa. Dra. Denise de Souza Saad (UFSM)

(Suplente)

Santa Maria, março de 2010

Dedico a:
Minha mãe, Jandira Dominga Garlet Baptaglin
Meu namorado, Isaías M. P. de Moraes

AGRADECIMENTOS

Mais uma experiência se concretizou e neste caminhar, não posso deixar de agradecer:

- O meu orientador Ricardo de Souza Rocha;
- Aos colegas do mestrado que compartilharam esta experiência comigo;
- Aos professores do **PPGPPC**;
- Aos **membros da Comissão examinadora**: Profa. Marilda Oliveira de Oliveira; Prof. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes e Profa. Denise de Souza Saad.
- Aos **colaboradores da pesquisa**: docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo;
- Todavia, isso não seria possível se não fosse, em primeiro lugar **DEUS**, que me deu força e saúde para enfrentar mais esta etapa da minha vida;
- A minha família, em especial a minha mãe **Jandira Dominga Garlet Baptaglin** que sempre depositou uma enorme confiança em meu trabalho;
- E, de forma especial, agradeço meu amigo e companheiro, **Isaías M. P. de Moraes** que durante a Graduação e a Pós-Graduação esteve sempre ao meu lado compartilhando os momentos de alegria e me apoiando nas dificuldades e encruzilhadas que a vida nos coloca.

Enfim, agradeço a todos que estiveram envolvidos em algum momento nesta minha caminhada, colegas, amigos e familiares.

"O mundo é um mosaico de pontos de vista. Aprendemos muito com os pontos de vista dos outros, e perder nem que seja um pedaço desse mosaico é uma perda para todos nós." (CRYSTAL)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E SUA RELAÇÃO COM A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: um olhar para o curso de Arquitetura e Urbanismo.

Autora: Leila Adriana Baptaglin
Orientador: Prof.. Dr. Ricardo de Souza Rocha

O presente trabalho busca investigar como os Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, em especial o Curso de Arquitetura e Urbanismo vem trabalhando a questão do Patrimônio Cultural. Esta verificação se deu através de uma análise nas últimas reformulações curriculares dos diferentes cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Posteriormente realizei uma investigação na organização curricular das duas últimas décadas (1990 e 2000) dos cursos envolvidos com o programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. Finalmente, foi realizada uma análise mais aprofundada frente ao curso de Arquitetura e Urbanismo, através de entrevistas semi-estruturadas com quatro (4) professores deste curso, envolvidos diretamente com disciplinas que abordam o tema. E também, através de uma análise dos Trabalhos Finais de Graduação dos anos de 2004 a 2009. Desta forma, a partir dos dados desta pesquisa foi possível estabelecer a sistematização pontos abrangentes que referenciam a presença da temática do Patrimônio Cultural nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mas também, apresentar uma análise mais aprofundada que acerca de como o curso de Arquitetura e Urbanismo vem estruturando suas ações e organizações curriculares em meio ao contexto patrimonial santamariense. Desta forma, o que percebi é que os estudos e as pesquisas realizadas na Universidade têm de estarem mais presentes na sociedade. Situação, esta, que passa a ser pensada e trabalhada no ano de 2010 na coordenação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico (COMPHC), onde ações e propostas de Educação Patrimonial começam a ser pensadas e trabalhadas no intuito de realizar esta efetiva participação, conhecimento e interesse da comunidade para com os bens patrimoniais da localidade de Santa Maria.

Palavras - chave: Patrimônio Cultural- Valorização- Curso de Arquitetura e Urbanismo.

FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA AND ITS RELATION TO THE RECOVERY OF THE CULTURAL HERITAGE: A LOOK TO THE COURSE OF ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING.

ABSTRACT

Author: Leila Adriana Baptaglin

Advisor: Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha

The present thesis aims to investigate how the Undergraduate Courses in the Federal University of Santa Maria, especially the Course of Architecture and Urban Design has been working the issue of cultural heritage. This verification was made through an analysis of recent curricular changes in the various courses of the Federal University of Santa Maria (UFSM). Subsequently I performed an investigation in the curricular organization of the last two decades (1990 and 2000) the courses involved with the Graduation Program of Cultural Heritage. Finally, we performed further analysis of the Architecture and Urbanism, through semi-structured interviews with four (4) teachers of this course, directly involved with the courses and also through an analysis of the final-year undergraduate students from 2004 to 2009. Thus, based on the data of this research it was possible to establish a comprehensive systematization points referring to the presence of the theme of Cultural Heritage in graduate courses at the Federal University of Santa Maria (UFSM), but also produce a more detailed analysis on how the course of Architecture and Urban Design has been building his actions and organizations in the midst of curricular context. Thus, what I realized is that the studies and researches at the University must be more present in the society of Santa Maria. Situation, that which comes to be conceived and crafted in 2010 in the Council for the Coordination of Historical and Artistic Heritage (COMPHIC), where actions and proposals for heritage education began to be thought about and worked in order to implement this effective participation, knowledge and interest of the community in the assets of the town of Santa Maria.

Keywords: Cultural Heritage – Enhancement – Course of Architecture and Urbanism

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Disciplinas que contemplam a temática do Patrimônio Cultural nos Cursos de Direito Diurno, Artes Visuais- Licenciatura e Bacharelado- 2004, Desenho Industrial - Projeto de Produto-2004, Desenho Industrial - Programação Visual-2004, Ciências Sociais 2004, Ciências Sociais 2005, Comunicação Social/ Publicidade e Propaganda – 2004, Ciências Econômicas-2005, Ciências Econômicas-2007.....	48
Tabela 02: Disciplinas que contemplam a temática do Patrimônio Cultural nos Cursos de História, Arquitetura e Arquivologia nas décadas de 1990 e 2000.....	52

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Vila Belga em Santa Maria.....	11
Imagem 02: Vista aérea da Mancha ferroviária em Santa Maria.....	17
Imagem 03- Prédio da SUCV em Santa Maria	45
Imagem 04- Igreja da Pompéia em Silveira Martins/RS.....	68
Imagem 05- Igreja Santa Catarina no Bairro Itararé/Santa Maria-RS.....	68
Imagem 06- Reitoria da UFSM.....	69
Imagem 07- Vila Belga- Santa Maria/RS.....	70
Imagem 08- Vila Belga- Santa Maria/RS.....	71
Imagem 09 - Colégio Estadual Manuel Ribas.....	72
Imagem 10- Vila Belga- Santa Maria/RS.....	77

LISTA DE ANEXOS.....	87
ANEXO 01- Listagem dos Trabalhos Finais de Graduação - TFG's.....	88
ANEXO 02- Relação de imóveis cadastrados durante a disciplina de Projeto de Arquitetura VIII com as respectivas finalidades.....	91
ANEXO 03- Corpo Docente do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural.....	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL.....	17
1.1- Patrimônio/ patrimônios.....	18
1.2 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN): fases e principais mudanças.....	22
1.3- Santa Maria: breve panorama histórico.....	28
1.4- Santa Maria/cidade Universitária: articulações patrimoniais no meio acadêmico.....	34
2 A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA REPRESENTATIVIDADE FRENTE AOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DA UFSM.....	45
2.1 O trabalho com o Patrimônio Cultural nos cursos da UFSM.....	46
2.2- Um aprofundamento na organização curricular e um olhar para as ações extracurriculares relacionadas ao Patrimônio Cultural desenvolvidas pelos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo em meio à comunidade Santamariense.....	55
3 PERCEPÇÃO DA ATUAL SITUAÇÃO DAS QUESTÕES PATRIMONIAIS ALAVANCADAS PELO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO NA UFSM E NA COMUNIDADE SANTAMARIENS.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXOS.....	87

INTRODUÇÃO



Imagem 01: Vila Belga em Santa Maria

Disponível em: santamaria.redecidades.net/turismo.php

A presente pesquisa busca uma investigação referente ao momento artístico e histórico. Esta veio se concretizando em meu processo de formação acadêmica no Curso de Desenho e Plástica Bacharelado (2005), Licenciatura (2006) e, principalmente, com o estágio no Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHIC) nos anos de 2003 a 2005, além de participações em outras atividades como projetos, pesquisas e estudos acerca da temática Artística, Cultural e Patrimonial.

No transcorrer deste processo de formação acadêmica, houve constantemente uma preocupação quanto à valorização que o Patrimônio Cultural toma frente à sociedade contemporânea. Refiro-me, especificamente, a dois termos: **valorização e Patrimônio Cultural**. Estes passam a vigorar com maior intensidade neste trabalho, possibilitando alguns direcionamentos. Sendo assim, o termo **valorização** vai além das conceituações literais que envolvem a manutenção dos bens em seu estado original ou ainda a desaceleração dos processos degenerativos (preservação), mas adentra os conceitos de valor de reconhecimento interligados com a necessidade de preservação. Tendo estes pressupostos apresentados, dou destaque também à terminologia **Patrimônio Cultural**, termo este que não substitui ou anula o Patrimônio Artístico, Patrimônio Histórico, dentre outros. Mas, sim, busca sintetizar e proporcionar uma visão ampliada, uma conceituação que abarque os mais variados tipos e modalidades de patrimônios presentes na sociedade contemporânea. Isso, pois, nas últimas décadas tem havido uma significativa ampliação de instrumentos, objetos, edificações, culturas, ações, ou seja, não mais apenas o material, mas incluindo o imaterial e quiçá outras intervenções que vem sendo consideradas como patrimônios. Sendo assim, a expressão Patrimônio Cultural passa a ser utilizada em um sentido amplo, para um olhar macro acerca do Patrimônio.

Estas constatações que faço de algumas terminologias, reforçam suas representatividades históricas onde, adentrando diferentes espaços e momentos, estas se configurarão e serão vistas com um valor diferenciado. Verifico isso em uma exemplificação feita por Argan (2004, p.62) onde diz “Sem sombra de dúvida, a obra artística não tem para nós o valor que tinha para o artista que a fez e para os homens da sua época. A obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam”. Esta mudança de consciência, citada por Argan, apresenta, na sociedade

contemporânea, em seu auge. Isso, pois a efemeridade, a vulnerabilidade, a busca pelo novo passaram a configurar novos imaginários, pensamentos e decisões que adentram novos valores do que é e do que foi considerado como Patrimônio Cultural.

É neste sentido que o Patrimônio Cultural de uma cidade, sendo representante de toda uma estruturação social surge como um ponto a ser efetivamente preservado e valorizado como tal. Desta forma, para que isso seja realmente concretizado, é necessário que haja a conscientização e a iniciativa por parte dos órgãos, instituições educacionais, conselhos, representações públicas e principalmente pela sociedade em geral. Sendo assim, é essa tomada de conhecimento da existência das histórias e das representações destes Patrimônios Culturais, que viabilizarão a manutenção, a preservação e a valorização destes.

Configura-se assim, a significativa importância de visualizar as concepções presentes na forma como vem ocorrendo o processo de valorização do Patrimônio Cultural nos espaços da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dando destaque à forma do Curso de Arquitetura e Urbanismo articular este trabalho com seus acadêmicos e com a sociedade Santamariense. Isso, pois,

O critério que nos permite distinguir que tal ou qual fato é importante e, portanto digno de ser estudado pelas ciências históricas, ou sociais, ou culturais, são certos valores. Toda ciência histórica e social implica necessariamente certos valores que vão apontar o que é importante e o que não é, o que merece ser estudado e o que não merece. São esses valores que nos permitem colher nessa massa infinita de pequenos fatores (ou grandes, ou médios), aqueles que devem ser considerados importantes. (LEWY, 1987, p.47)

Valores estes, como coloca Michael Lewy, diretamente vinculados a concepções construídas historicamente e que, no contexto ao qual estamos vivendo, em que os preceitos do capitalismo, do neoliberalismo avançam ferozmente, passamos a, primordialmente, ter de conhecer estas estruturas e a partir disso procurar alternativas para que os Patrimônios Culturais continuem tendo sua importância, aliando-se aos mais variados setores na construção de uma estrutura democrática e aberta. É neste sentido, então, que as Instituições de Ensino Superior, com suas atribuições educacionais, abrem-se para, junto a organização

curricular de seus cursos, viabilizar e revigorar ações que dêem destaque para a valorização destes Patrimônios Culturais.

Sendo assim, neste cenário contemporâneo, é de suma importância buscar nas organizações curriculares dos diferentes cursos de graduação da UFSM, quais deles apresentam disciplinas ou ações voltadas para discussões referentes às questões do Patrimônio Cultural. Contudo, o destaque dar-se-á em uma análise mais aprofundada frente ao curso de Arquitetura e Urbanismo, tendo em vista que as primeiras discussões referentes ao Patrimônio Cultural no Brasil foram encabeçadas por profissionais arquitetos o que intensifica a relação do Patrimônio Cultural enquanto instância material. Relação esta, estabelecida pela representação e identificação dos patrimônios com os bens edificados, com características referentes ao material, ao imóvel, ao processo, a forma e a técnica. Além desta afinidade, penso que o estudo de um curso em específico poderá proporcionar a percepção de como o trabalho desenvolvido dentro desta unidade apresenta um processo histórico de valores e conceituações que perduram e articulam-se dentro de uma linha conceitual específica da área. Com isso, então, abordarei neste trabalho considerações que se direcionam de forma mais específica ao Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Neste sentido, então, a abordagem referente à pesquisa estrutura-se em torno de uma abordagem qualitativa, isso, pois os objetivos acerca desta temática constam de procedimentos que buscarão verificar como estas questões estão sendo apresentadas e trabalhadas no contexto social Santamariense. Desta forma então, a abordagem qualitativa vai ao encontro de compreender o comportamento de sujeitos e suas ações como um processo, tentando verificar as facetas, as interações e significados destes ao serem realizados em um determinado ambiente (social, cultural, econômico, etc.). Ou seja, este tipo de pesquisa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Não obstante, alguma importância é conferida a um acompanhamento quantitativo dos resultados, tendo em vista a necessidade de apresentar dados referentes aos cursos envolvidos neste processo de valorização do Patrimônio Cultural. Contudo, destaco também o papel fundamental do pesquisador na

pesquisa. Sendo assim, devemos, preliminarmente, despojarmo-nos de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observamos, a fim de alcançar uma compreensão o mais global possível dos fenômenos. No entanto, é importante considerar as influências externas que podem interferir em nossas ações, o que equivale dizer que mesmo tendo amplo cuidado para não cair em predisposições, sei que apresento e apresentamos, devido a nossa condição histórica, valores e conhecimentos que passam a constituir nossas concepções frente a determinados fatos. Assim, frente a um fato poderemos ter diferentes posicionamentos e abordagens conforme a história e o percurso do pesquisador.

Assim, este estudo traz, primeiramente, apontamentos referentes às concepções presentes na estrutura dos trabalhos realizados pela UFSM em relação às questões do Patrimônio Cultural. E, posteriormente, apresenta um estudo relativo aos cursos de graduação¹ vinculados ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC) quais sejam: Arquitetura e Urbanismo, História, Arquivologia e Engenharia Civil. Estudo, este, realizado a partir da análise nos Projetos Políticos Pedagógicos e das grades curriculares destes cursos referentes às duas últimas décadas, quais sejam, 1990 e 2000. Para o fechamento da pesquisa, realizei uma análise mais profunda nas questões que estão sendo desenvolvidas no Curso de Arquitetura e Urbanismo da referida instituição. Nesta análise observei as ementas das disciplinas objetivando verificar quais delas trabalham com o patrimônio cultural e qual o enfoque abordado.

Ao adentrar nestes procedimentos e nas suas articulações com o contexto contemporâneo, pude perceber que não mais se concebe o esquecimento dos valores culturais, artísticos e históricos presentes em cada local e em cada período. Além disso, é a partir do sistema educacional que estes valores tomam significado e passam a ser difundidos pelas classes sociais. Esta difusão de conhecimentos, necessária para a construção dos valores sociais e patrimoniais, pode tomar corpo de diferentes maneiras, proporcionando uma abertura à reflexão ou conduzindo a simples reprodução de conceitos e percepções fechados. Desta forma, no desenrolar da pesquisa procurei realizar o percurso acima, a fim de vislumbrar como

¹ Apesar de estar diretamente vinculado a estes cursos, o PPGPPC possui também a participação professores de outros cursos e de outras instituições do Brasil.

vem ocorrendo o processo de valorização dos Patrimônios Culturais nos espaços da Universidade Federal de Santa Maria, dando destaque à forma como o Curso de Arquitetura e Urbanismo vem articulando este trabalho com os acadêmicos e a sociedade Santamariense.

No capítulo 1: **Considerações acerca da valorização do Patrimônio Cultural, apresento** um panorama histórico acerca da valorização do Patrimônio Cultural no Brasil, principalmente em torno da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Apresento também uma contextualização referente ao desenvolvimento histórico regional e adentrarei ao histórico da cidade de Santa Maria. Ao fazer esta contextualização adentro na criação da UFSM e a apresentação de alguns órgãos que trabalham diretamente com as questões patrimoniais.

No capítulo 2: **A valorização do Patrimônio Cultural e sua representatividade frente aos currículos dos cursos de graduação da UFSM** são apresentados apontamentos relativos aos dados levantados na pesquisa de campo, composto pela representatividade através das disciplinas de cada curso dando um aprofundamento no curso de Arquitetura e Urbanismo, assim como a abordagem de ações extracurriculares realizadas pelos professores deste respectivo curso frente às questões patrimoniais.

No Capítulo 03: **Percepção da atual situação das questões patrimoniais alavancadas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo na UFSM e na comunidade santamariense.** Neste capítulo, com as análises da estrutura curricular de cada curso e com o aprofundamento no curso em foco, apresento uma percepção da atual situação das questões patrimoniais trabalhadas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo junto à comunidade Santamariense. Estas percepções são discutidas e interligadas com os resultados e os questionamentos que foram realizados no transcorrer da pesquisa.

Desta forma, concluo este estudo tecendo considerações de como vem ocorrendo o processo de valorização dos Patrimônios Culturais destacando como o Curso de Arquitetura e Urbanismo está trabalhando dentro de uma estruturação previamente articulada e vinculada a fatores históricos, a valorização do Patrimônio Cultural Santamariense em meio a seus cidadãos.

1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL



Imagem 02: Vista aérea da Mancha ferroviária em Santa Maria

Disponível em: santamaria.redecidades.net/turismo.php

1.1 Patrimônio/ patrimônios

Ao remeter-me à noção de Patrimônio Cultural vejo que esta vem sendo fator de discussão de inúmeros autores. Neste sentido, Kersten (2000) nos traz Tsiomis a fim de estabelecer uma noção de Patrimônio. Segundo ele,

A noção de patrimônio, incorporando a idéia de herança aliada a de patrimônio arquitetural, começa a ser formada na Europa a partir do século XVIII. O primeiro país Europeu a estabelecer uma legislação específica, com base nesta concepção foi a França após 1834 (KERSTEN, 2000, p. 32)

Reforçando esta colocação, Kersten nos traz também que foi no período da industrialização que se tornou necessário guardar o passado que se esvaía de forma muito rápida. Podemos assim atribuir a este, valores de pertencimento a uma sociedade ou comunidade em determinado período². Desta forma, Chastel e Babelon (*in* FONSECA, 1997, p. 53) nos dizem:

Em toda a sociedade, desde a pré-história, (...) o sentido do sagrado intervém convidando a tratar certos objetos, certos lugares, certos bens materiais, como escapando à lei da utilidade imediata. A existência dos lares familiares, a do *palladium* da cidade, provavelmente devem ser recolocados na origem ou na base do problema do Patrimônio. É preciso aproximar seu destino do de certos objetos comuns, armas, jóias, e mesmo edifícios, que, por diversas razões, escaparam da obsolescência e da destruição fatal para se verem dotados de um prestígio particular, suscitar uma ligação apaixonada, até mesmo um verdadeiro culto.

Esta preocupação em manter viva a identidade destes Patrimônios Culturais, reforça seu entendimento enquanto “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” (CHOAY, 2001, p.11) e, sendo assim, reforça a sua estruturação histórica frente aos demais setores sociais. Neste sentido Kersten (2000) nos lembra de um fator ao qual transcorre a

² Por remeter a idéia de solidariedade entre o passado e o presente, o patrimônio permite que se veja a tradição como fios invisíveis que costumam um espaço-tempo. Indissolivelmente ligada ao passado, a tradição parece impor-se ao presente como coisa dada, pois tendo assegurado como foi o princípio ousa determinar o futuro. Á medida que se fundamenta em garantias que não podem ser postas em dúvida, por ter como testemunho um passado vivenciado e tido como verdadeiro, a tradição constitui quase uma lei. (KERSTEN, 2000, p. 41)

valorização do Patrimônio Cultural: “a teatralização do patrimônio”. Este fator retoma o enaltecimento de lugares e edificações tombados e preservados passando a ser o palco para a representação de um grupo, Estado ou Nação. Nas palavras de Gonçalves (2002, p. 31), “esses bens viriam objetivar, conferir realidade e também legitimar essa ‘comunidade imaginada’”.

Retomo então, uma discussão realizada por Arlindo Machado, quando nos colocam que

Se concordarmos que os sistemas de representação de que se valem os homens estão vinculados de alguma forma às condições materiais que os produzem, então teremos de concluir que há tantas ideologias quantas são as formas efetivas que se defrontam na vida social. (MACHADO, 1984, p.15).

Isso pode ser evidenciado ao longo da história, inclusive no que diz respeito ao tema em análise tendo em vista que se utilizando dos estudos de Kersten (2000), percebo que as ações patrimoniais no Brasil passaram, após um longo tempo de valorização da cultura e da herança européias, à busca da autenticidade nacional.

De fato, muito antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no séc. XVIII, D. André de Melo e Castro, Vice-rei do Brasil (1735 a 1749), toma conhecimento das intenções do governador pernambucano acerca das construções dos Holandeses e, com isso, redige um documento acerca da complexidade e da importância da valorização do Patrimônio Cultural como preservação da história de uma sociedade.

Um século depois deste documento, o Ministro do Império Conselheiro Luiz Pedreira do Couto dá ordem às províncias para que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional. Trinta anos depois, Alfredo do Vale Cabral, percorre a província da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, para recolher as epigrafias dos monumentos da região. Neste momento já se verificava algo que seria estudo somente no século XX: a necessidade de verificação do valor do patrimônio enquanto processo histórico e artístico.

Retomando o período, percebo que o intuito desta preservação era a manutenção de um passado no futuro. Contudo, subsequente a este momento, no período do Reinado, nenhuma providência foi tomada em relação à preservação dos

Patrimônios Culturais. Na Monarquia e depois, na República, tiveram-se apenas alguns manuscritos que referendavam a questão em destaque. Foi no século XX, mais especificamente na década de 20, que começaram a se evidenciar algumas ações significativas em relação à preservação dos patrimônios.³

Em 1920, o professor Bruno Lobo, então presidente da sociedade brasileira de Belas Artes, encarregou o professor Alberto Childe, conservador de Antiquidades Clássicas do Museu Nacional, de elaborar um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional. (MEC-SPHAN, 1980).

Todavia, o projeto⁴ não teve seguimento. Em 1923, surge na Câmara de Deputados uma proposta visando a defesa dos monumentos, apresentado pelo pernambucano Luiz Cedro. Este projeto, ao contrário do de Childe, pecava pela timidez e pela não preocupação com a Arqueologia. No ano seguinte, Augusto de Lima, representante de Minas Gerais, apresenta a Câmara de Deputados um projeto que proibia a saída de obras brasileiras para o estrangeiro, mas que não deu seguimento. Fato que foi ser concretizado somente no ano de 1965 sob o mandato do General Castelo Branco (na Diretoria do Departamento Histórico e Artístico Nacional - DPHAN), que proibiu a saída para o exterior de obras produzidas até o período monárquico.

A partir de 1924, as iniciativas de proteção dos Patrimônios passaram do âmbito Federal para o Estadual. Vários Estados começaram a articular suas providências através de projetos e legislações que visassem à preservação dos Patrimônios brasileiros. Contudo, estas providências não eram suficientes. Sendo assim, em 29 de agosto de 1930, José Wanderley de Araujo Pinto apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o assunto, que por via da Revolução de 30, não teve efeito. Percebo que, com isso, alimentados pelo interesse nacional na valorização patrimonial, o Brasil mantinha-se atento as resoluções internacionais⁵ ao

³ MEC-SPHAN. **Preservação e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória.** Brasília: Coordenadoria Editorial da Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

⁴ Este projeto “era bastante específico e versava sobre a defesa do *patrimônio artístico*, em especial dos *bens arqueológicos*, sugerindo sua desapropriação, desconhecendo os *bens históricos*. A discussão do projeto não teve andamento mesmo porque a propriedade privada era intocável e qualquer tema vinculado à desapropriação, simplesmente ignorado. (KERSTEN, 2000, p. 64).

⁵ A seguir serão citadas “as Cartas Patrimoniais que contém as conclusões retiradas de reuniões de Organismos Nacionais e Internacionais relativos à preservação do patrimônio Cultural: Carta de Atenas- Sociedade das Nações – outubro de 1931; Carta de Atenas CIAM- novembro de

mesmo tempo em que efervesciam as discussões referentes a regulamentação, conservação e restauração de monumentos, discussões estas as quais buscavam nos critérios internacionais pontos e referências para a valorização do Patrimônio Cultural nacional.

Contudo, em virtude destes percalços, somente em 1933 é que surge a primeira Lei federal: Decreto nº 22.928 que assinala a a decisão dos poderes públicos nacionais a incidirem uma nova política, e é a partir deste Decreto que a cidade de Ouro Preto é erigida monumento nacional. Legitima-se, assim, algo que vinha sendo constituído, o culto aos Patrimônios da “*pedra e cal*”, ou seja, o culto ao patrimônio material (móvel ou imóvel).

Neste relato acerca do Patrimônio Cultural brasileiro, percebo o contingente significativo do culto a estes bens materiais que começou desde o século XVIII, durante a revolução Francesa, e estendeu-se até a década de 90 do século XX. Este culto aos bens patrimoniais materiais assume “uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação da nação” (FONSECA, 1997, p. 31). A valorização deste tipo de patrimônio se dá pela construção histórica dos representantes e dos estudos patrimoniais que inicialmente contaram com representantes das áreas da Arquitetura, das Artes, da História e somente em momentos mais recentes adentraram outros campos que levarão a discussões relativas aos bens imateriais, ao valor e a subjetivação social presente nas tradições, nos contos, enfim. Com isso, Branco (2006, p.02), nos coloca que

1933; Recomendação de Nova Delhi- Arqueologia- dezembro de 1956; Recomendação de Paris- Paisagens e sítios- dezembro de 1962; Carta de Veneza - Monumentos e sítios- maio de 1964; Recomendação de Paris – propriedade ilícita de bens culturais – novembro de 1964; Normas de Quito- novembro/dezembro de 1967; Recomendações de Paris- obras públicas ou privadas- novembro de 1968; Compromisso de Brasília- abril de 1970; Compromisso de Salvador- II Encontro de Governadores- outubro de 1971; Carta de Restauro- Governo da Itália- abril de 1972; Declaração de Estocolmo- ambiente humano- junho de 1972; Resolução de São Domingos- O. E. A.- dezembro de 1974; Declaração de Amsterdã- Conselho da Europa- outubro de 1975; Manifesto de Amsterdã- Carta Européia- outubro de 1975; Recomendação de Niterói- UNESCO- novembro de 1976; Carta de Machu Picchu- Encontro Internacional de Arquitetos- dezembro de 1977; Carta de Burra- ICOMOS- Austrália- 1980; Carta de Florença – ICOMOS- maio de 1981; Declaração de Nairobi- Assembléia Mundial dos Estados- maio de 1972; Declaração de Taxcala/ México- ICOMOS- outubro de 1982; Declaração do México- ICOMOS- Políticas Culturais- 1985; Carta de Washigton- ICOMOS- 1986; Carta de Petrópolis- Centros históricos- 1987; Carta de Cabo Frio- Encontro de civilização nas Américas – outubro de 1989; Carta do Rio- Conferência das Nações Unidas- junho 1992; Cartas Patrimoniais, 1995.” (KERSTEN, 2000, p. 78)

A princípio, as leis patrimoniais se concentravam no Patrimônio Arquitetônico para somente em meados da década de 1970 abranger o Patrimônio Cultural um conceito mais amplo e intangível, um pensamento mais abrangente que posteriormente se encaminhou para o que chamamos hoje de Patrimônio Cultural Imaterial.

Contudo, neste momento histórico da década de 30, percebo o auge dos pressupostos patrimoniais de um culto aos bens materiais. Não podemos negar que foi com estes pressupostos que a valorização do Patrimônio Cultural nacional tomou corpo. Sendo assim, as mais significativas ações referentes a este processo encontraram-se neste período onde em 1934, através do Decreto nº 24.735, o governo inicia um serviço de proteção aos monumentos históricos, aprovando um novo regulamento para o Museu Histórico Nacional. Pouco tempo depois, a Assembléia Constituinte promulga a nova Carta Fundamental do Brasil - Constituição de 1934, dedicando seu capítulo II à educação e à cultura, no artigo 148⁶. Faltava apenas uma legislação adequada para tornar efetiva esta proteção, pois já se estruturava uma forte movimentação em torno da preservação dos monumentos históricos, arqueológicos e naturais, assim como os bens móveis.

1.2 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN): fases e principais mudanças.

Partindo de toda esta problemática, por iniciativa de Gustavo Capanema, no ano de 1936, Mário de Andrade elabora o primeiro projeto para a criação de um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN). Projeto este aprovado pelo então presidente Getúlio Vargas dando o despacho no dia 19 de abril de 1936. A partir da aprovação, Capanema aceita a sugestão de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade torna-se o diretor do referido Serviço (SPHAN). A partir desta decisão, havia muito a ser realizado e o mais urgente configurou-se em esboçar um anteprojeto de Lei Federal. O Anteprojeto é elaborado e, após tramitar pelas casas

⁶ Art. 148- Cabe a união, aos estados e aos municípios favorecer a animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934)

do parlamento, é aprovado pelo Decreto-Lei nº 25 em 30 de novembro de 1937. Decreto que estipulou via legislação oficial o que vinha a ser patrimônio. Apresenta assim, em seu

Art. 1º: Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional calor arqueológico, bibliográfico ou artístico. (KERSTEN, 2000, p. 90)

A partir deste artigo, entendo o caráter estipulado por este decreto que passou então a organizar a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, configurando-se como a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais da América Latina. Em decorrência deste, os bens que deveriam ser preservados passaram por critérios artísticos, arquitetônicos, etnográficos e históricos, o que sistematizou a ênfase na priorização dos bens de “*pedra e Cal*”. Neste viés, em consonância com a proposta estadonovista, o SPHAN articulou a preservação patrimonial em todo país e “recorreu ambigualmente tanto à pluralidade cultural quanto a identidades particulares, recuperando e tombando edificações dos séculos XVI, XVII, XVIII, mas, sobretudo, o Barroco mineiro” (KERSTEN, 2000, p.84). Com isso, os exemplares arquitetônicos do século XVIII passaram a consolidar a sociedade colonial vinculando Arquitetura e História.

Neste meio tempo, terminado o regime autoritário do Estado Novo, na elaboração da Constituição de 1946 estabelece-se que o patrimônio ficaria a cargo do poder público⁷. Nesta mesma Constituição, o Governo General Dutra muda a nomenclatura do SPHAN passando de Secretaria a Diretoria, chamado então de DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Desta forma, articulado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o período do SPHAN, teve uma grande importância para a consubstanciação dos valores da preservação no contexto brasileiro. Todavia, críticas eram alicerçadas frente a este serviço, pois segundo Fonseca (1997, p.120) “Os critérios adotados pelo SPHAN não eram sustentados por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública,

⁷ “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob proteção do poder público”. (Constituição Federativa do Brasil, 1946)

mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos”. Ou seja, em virtude da grande abrangência referente ao termo de preservação patrimonial, o SPHAN acabava voltando-se a seus interesses. Certamente que apesar das críticas referentes à sua atuação não se desmereceu e não se tirou o mérito e o grande valor de sua atuação em nosso país.

A partir destas manifestações, críticas e mobilizações sociais que vieram acontecendo ao longo da história do SPHAN, pude evidenciar algumas fases pelas quais esta instituição passou:

-A *Fase Heróica*⁸, correspondeu aos primeiros 30 anos (1936- 1967) onde o Jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da instituição. Neste período, tem-se que em 1946, o SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

-A *segunda fase* (1967 a 1979) correspondente a administração do Arquiteto Renato Soeiro. Neste período, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) transformou-se, através do Decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970, em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O mais importante nesse período aconteceu devido à nova estrutura, ou seja, seus distritos converteram-se em Diretorias Regionais.

- Em 1973, foi nomeado o Grupo Interministerial, por solicitação dos Ministros do Planejamento e da Educação e Cultura. O grupo constituiu-se de representantes do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), do Ministério de Planejamento e coordenação Geral, do Ministério de Interiores, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e do Ministério da Indústria e Comércio através da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Este grupo tinha por finalidade efetuar estudos sobre o patrimônio histórico do Nordeste. Além desta tarefa que já cabia ao IPHAN e a EMBRATUR, foi criada a Comissão de Acompanhamento do Programa a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas (CNPU) com a finalidade de integrar preservação e utilização dos

⁸ Além dos formuladores do SPHAN, Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade, faziam parte do órgão: Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Prudente de Moraes Neto, Manuel Bandeira e os arquitetos Paulo Tedim Barreto, José de Souza Reis, Alcides da Rocha Miranda, Edgard Jacinto, Renato Soeiro e o artista plástico Luis Jardim. Além destes integrantes haviam os integrantes dos distritos regionais. (FONSECA, 1997)

bens culturais. Exigiu-se de cada Estado a apresentação prévia do Programa de Restauração e Preservação.

Além deste Grupo apresentado acima, estruturados para o auxílio à preservação patrimonial, criaram-se Programas como o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)⁹, que se configurara na seqüência dos acontecimentos referentes à preservação, mas adentra um olhar mais aberto às questões patrimoniais. Segundo Kersten (2000, p. 101)

O CNRC conduziu uma proposta que pretendia superá-la (a filosofia orientadora da preservação), indo além das ações direcionadas à preservação dos bens da etnia branca, da elite vitoriosa. A nova diretriz ampliou os programas de preservação às culturas ameríndia e negra. Desenvolveu projetos que visavam preservar o que definiu como cultura popular, objetivando ir além do mimetismo estrangeiro e do desconhecido do autenticamente nacional.

Após um período de turbulências o IPHAN foi desativado e volta a renascer politicamente em 1979 com a direção do Coordenador Geral do CNRC, Aloísio Sérgio de Magalhães. Configuravam-se assim significativas mudanças no âmbito patrimonial que passa a ter a junção do IPHAN-PCH-CNRC o qual começa articular inúmeras incumbências e, assim, funde-se através do Decreto nº 84.198 em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), responsabilizando-se pela preservação do acervo cultural e paisagístico brasileiro, assim como a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), responsabilizando-se em proporcionar os recursos para agilizar o trabalho das Secretarias. Nesta transformação em SPHAN/Pró-Memória, Aloísio de Magalhães propõe que seja retomado o projeto original de Mário de Andrade, o qual:

Ao mesmo tempo em que criticou a preservação de bens de “*pedra e Cal*”, Aloísio demonstrou que a instituição não descuidaria dos bens já tombados. Alertou, porém, para a importância de outros bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosa ou leiga, dentre os quais sítios e conjuntos

⁹ “Após fase de grande crise “milagre econômico” ocorrido nos anos 60 trouxe a urbanização desenfreada, maior especulação imobiliária, aumento do turismo tomando-se um desafio à capacidade de ação do IPHAN e revelando a inadequação do órgão para enfrentar esse novo desafio o que levou à criação de programas especiais de ação (PCH) e (CNRC).” (CERRI, GONÇALVES, 2010, p. 12)

arquitetônicos relevantes. Para abrangê-los definiu um conceito mais amplo que abarcou o ecológico e o saber fazer as populações. (KERSTEN, 2000, p. 103)

Neste momento, começo a ver sinalizações de uma abertura para outros tipos de patrimônio além do material (móvel e imóvel). Começa o interesse no campo do imaterial, algo que se expandiu e tomou corpo no final da década de 90 e início do século XXI. Com estes novos ideais, no ano de 1990, ocorre então, a extinção do SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e com isso, a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994 este órgão volta a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Sendo assim, percebo que, apesar de fatos isolados anteriormente, foi somente no séc. XX e, especificamente, na década de 20, na Constituição de 1934 que as questões patrimoniais começaram a ter importância e serem assinaladas em documentos legais. Ressalto neste processo a forte valorização dos Patrimônios Culturais referentes à “*pedra e cal*”. Esta situação evidenciada durante grande parte do período de ações referentes à preservação patrimonial compactua com a historia dos órgãos responsáveis por estas ações, tendo em vista o valor dado ao material (móvel e imóvel). A valorização dada a esta estrutura patrimonial pode ser evidenciada quando Cerri; Gonçalves (2010, p. 15) nos colocam que “a ênfase dada aos monumentos de ‘*pedra e cal*’ se estendem por todo esse período por mais que se tenha tentado amenizar esses efeitos com programas especiais”. Algo que só mudaria como já colocado, nos primórdios do século XXI onde temos que

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO em 17 de outubro de 2003, “entende-se por ‘Patrimônio Cultural Imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. (WWW.Iphan.gov.br, 2005)

Partindo desta consideração, pude verificar que apesar das transformações/mudanças de nomenclatura e presidência muito ainda há de ser

feito acerca das questões da valorização do Patrimônio Cultural. Para que se concretize a mudança conceitual e prática evidencio a necessidade de uma mudança nas concepções referentes ao conceito e a importância do Patrimônio Cultural social. Isso, pois a estrutura patrimonial assim como os demais setores aproxima-se e adere aos fatores culturais, históricos, econômicos de cada período e é neste sentido que todo o histórico do SPHAN passa a ser constituído. Um histórico permeado pela

Ideologia modernista e pelo autoritarismo do Estado Novo, os primeiros, apesar de todo o esforço de seus intelectuais em atrair a atenção do país para o seu interior, não conseguiram consolidar uma ação que incorporasse as características dos diversos segmentos da população em sua política de atuação. Do outro lado, vivíamos em um momento de contradições do autoritarismo do Estado Novo, o que não permitia essa expansão cultural difundida pela ideologia modernista. Neste sentido, o que acabou ocorrendo, foram consagrações de elementos culturais que tentavam definir a identidade brasileira. Nesse momento foram identificados alguns bens culturais que constituíam e em grande parte constituem até hoje, o patrimônio histórico e cultural oficial do Brasil. (CERRI; GONÇALVES, 2010, p. 16)

O histórico apresentado por estas autoras configura a ênfase dada na preservação dos bens de *“pedra e cal”*, a qual vem de toda uma estrutura cultural e histórica. Contudo, temos que levar em consideração que há a possibilidade de contar/ler a história de outras formas. Formas que proporcionam outros protagonistas – possibilitando, assim, uma re-significação de atitudes e ações que foram e são tão criticadas na questão da valorização do Patrimônio Cultural.

Neste percurso, compreendo a necessidade da contextualização histórica a fim de entendermos como os bens patrimoniais vêm sendo tratados pelas instituições “oficiais” e pela sociedade em seu todo. Sendo assim, passo agora a apresentar apontamentos referentes ao campo de estudo desta pesquisa, a cidade de Santa Maria/RS, a fim de compreender como este processo de valorização do Patrimônio Cultural vem sendo articulado nesta realidade.

1.3 Santa Maria: breve panorama histórico.

Na constituição da História do Rio Grande do Sul é perceptível, em sua estruturação, a forte presença de uma grande diversidade Social, Política, Cultural e Econômica. No entanto, o fator emergente desta estrutura se dá pela multiculturalidade, pela hibridização/miscigenação das inúmeras culturas que fizeram parte da estrutura populacional do Rio Grande do Sul.

É necessário considerar, ainda, que a ocupação do Rio Grande do Sul se deu mais tardiamente que a “conquista” do Brasil. Sendo assim, a forma de ocupação e estruturação das culturas também sofre manifestações deste legado histórico. Além das diferentes etnias de imigrantes que chegaram ao Estado, temos de contar com a chegada em 1725, dos luso-brasileiros que, com uma cultura já modificada, começam a colonizar estas terras. Em geral, estes luso-brasileiros eram tropeiros que viviam na cidade de Laguna/SC. Estes tropeiros sabiam que a Oeste apresentava-se a fronteira com o mundo Hispânico. Daí então o interesse na conquista do Rio Grande do Sul: a aproximação aos povos Hispânicos.

Advinda destas colocações, observa-se a miscigenação que estava acontecendo com estes povos. Com isso, um dos principais valores a serem destacados e valorizados é a diferença cultural. A cultura diz respeito, como coloca SANTOS (1994, p.8):

à humanidade como um todo e ao mesmo tempo em cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou existiram, logo se constata a sua grande variação. Saber em que medida as culturas variam e quais as razões da variedade das culturas humanas são questões que provocam muitas discussões (...). Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido a sua prática, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam.

Como nos coloca Santos, temos a presença das diferentes interpretações e formas de subjetivação dos estudos de cada cultura. Sendo assim, juntamente as diversidades culturais há uma grande variedade de enfoques apresentados pelos estudiosos. Variedades que tem de ser estudadas, compreendidas e articuladas em cada pesquisa.

Com isso, reportando-me a situação vivenciada no Rio Grande do Sul, destaco aqui a criação da cidade de Santa Maria, foco deste estudo. Em relação à questão da circunscrição da cultura local, compreendo que, no território Santamariense já havia habitantes, os indígenas. Segundo conta Rechia (1999, p. 21), “foram eles que ouviram os primeiros ruídos da terra nascendo para a civilização. Eram os minuanos e os tapes...”. Foram eles que ouviram o canto dos machados a cortar a madeira verde, foram eles que sofreram com a chegada da construção e do progresso. Progresso trazido pelas mãos do jesuíta nas reduções e pelos soldados e sua comitiva da Comissão Demarcadora¹⁰. Referendando aos indígenas, conta a Lenda¹¹ que Santa Maria teve seu berço no romance da Índia Imembuí (*salva das águas*) e o português Rodrigues cujo nome indígena passou a ser Morotin.

Todavia, levando em consideração o ponto de vista histórico, a origem de Santa Maria adentrou outras situações. Em seu livro “Santa Maria: panorama histórico Cultura”, Aristilda Rechia nos coloca que, em 1777, celebrou-se um convênio entre Portugal e Espanha denominado *Tratado de Preliminares de Restituições Recíprocas* o qual tinha por objetivo a devolução do que foi adquirido

¹⁰ Para observância do Tratado Preliminar concluído em 1º de outubro de 1777 entre a Coroa da Espanha e de Portugal para estabelecer a Linha Divisória compreendida no artigo 3, 4, 5,6 e 8 do referido Tratado, NOMEIO o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara I, comissário da referida Demarcação na forma sobredita para que regulando-se pelas regras insinuadas nos artigos citados do dito Tratado, haja de prosseguir com a Partida correspondente à sua Divisão e com a que houver de corresponder também de parte da Espanha à mesma Divisão, na reparação de Limites que se devem demarcar estabelecendo e assinalando a linha que há de ser para o futuro, a única divisória dos dois domínios na forma estipulada no referido Tratado. E por firmeza de tudo mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete e minhas armas. – Rio, 2 de Janeiro de 1783. O secretário de Estado Tomaz Pinto da Silva a fez escrever. Luiz de Vasconcelos e Souza. Vice-rei do Brasil. (BELÉM, 2000, p. 22)

¹¹ Conta a lenda, que na tribo dos Minuanos (indígenas habitantes das margens do arroio Itaimbé) morava a índia Imembuí que quer dizer *salva das águas* pois nasceu quando sua mãe Yboquitã banhava-se nas águas do arroio. Acangatú, um índio da tribo dos Tapes que habitava a outra margem do arroio Itaimbé apaixonou-se por Imembuí, no entanto ela o queria apenas como irmão. Nesta época, um grupo de bandeirantes que regressava da Colônia de Sacramento onde haviam ido levar provisões para a Guarnição Portuguesa avista a aldeia dos Minuanos e tentam invadi-la. Todavia, apenas dois deles são mantidos como prisioneiros, um solto para dar recado aos demais portugueses e Rodrigues, condenado a morte. Mantido prisioneiro, Imembuí o vê e se apaixona, a partir disso casa-se com Rodrigues agora chamado de Morotin. Tiveram um filho, José, que em breve tornou-se um jovem forte e corajoso. Um dia, ao sair para a caça José perde-se na floresta e à margem de um rio encontra uma choupana um índio qual conta sua história. Não é que este era Acangatú, índio apaixonado por Imembuí. Acangatú, comovido leva o jovem para a aldeia e, Imembuí e Morotin agradecem Acangatú e fazem uma grande festa. Conforme a lenda, Santa Maria surge do amor da índia Imembuí e do português Rodrigues, nas margens do Arroio Itaimbé, que hoje corresponde ao Parque Itaimbé desta cidade. (BELÉM, 2000, p. 15-30).

ilegalmente em guerras anteriores. Todavia, na prática este convênio nunca teve seu deliberado objetivo atendido haja vista, que a população e os Comissários da Demarcação de Limites de ambos os países não aceitavam os limites estabelecidos, pois cada um interpretava os limites como melhor conviesse para os interesses de seu país. Com o passar dos anos e com o desânimo aflorando, as Comissões Demarcadoras de Limites da América Meridional se dissolveram: “A comissão espanhola internou-se inesperadamente em seus domínios, enquanto que a portuguesa tratou de prevenir o governo, de quem recebeu ordem para ficar a salvo dentro de nossa fronteira guarnecida” (RECHIA, 1999, p. 25). O referido fato teve repercussão direta na origem de Santa Maria. O ofício¹² do governador do Rio Grande do Sul enviado ao Coronel Francisco Roscio, documenta a ordem estabelecida à Comissão de descer a Serra de São Martinho do Monte Grande e chegando ao Arroio dos Ferreiros estabelecerem-se em qualquer estância mais apropriada.

Os integrantes da Partida Portuguesa (2ª Subdivisão Demarcadora de Limites¹³) ali se instalam e começam a construir seus ranchos dando origem a atual Praça Saldanha Marinho e à Rua do Acampamento.

A estruturação de Santa Maria, Segundo Rechia (1999), passou por várias etapas:

Acampamento: derrubada a mata, construíram-se os ranchos de moradia, depósito, quartel e a Capela a qual o Padre Euzébio de Magalhães Rangel e Silva celebrava suas orações. Em 1801, chega a ordem de cessação dos trabalhos e a partida se retira para Porto Alegre. A partida da 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites deixou Santa Maria sendo apenas um **Povoado**. Todavia, continuou seu

¹² Ilmo. Sr. Coronel Francisco José Roscio. Assim determine que a Partida Portuguesa de que V. S. é Comissário fará pôr imediatamente em marcha até que, descendo a Serra de São Martinho do Monte Grande e chegando à nossa primeira Guarda avançada denominada de Arroio dos Ferreiros, passa a tropa e a referida Partida acampar e arrancar-se junto a qualquer estância ou estabelecimento que para o dito fim parecer mais apropriado dentro da distância de duas até três léguas. – Porto Alegre, 7 de junho de 1797. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara de Vereador. (BELÉM, 2000, p.30)

¹³ A segunda Subdivisão veio assim formada: Comissário: Coronel Francisco José Roscio, Astrônomo- Joaquim Félix da Fonseca; Engenheiro- Francisco Chagas Santo; Comissário-pagador- Manoel da Silveira Peixoto; Capelão- Padre Euzébio de Magalhães Rangel e Silva; Oficiais auxiliares- um sargento-mor; um capitão; três tenentes; dois alferes. Também integravam a partida: um cirurgião, três artífices, dois carpinteiros, um ferreiro, dois capatazes de boiada, oito peões ou *moços do trabalho do campo*, um pedreiro em mais os escravos dos oficiais. (RECHIA, 1999, p.26)

desenvolvimento com a chegada de outras pessoas, principalmente da chegada de cinquenta famílias Guaranis vindas das Missões Orientais. Estes, já se apresentavam catequizados e assim marcaram seus ranchos na chamada Aldeia, hoje Avenida Presidente Vargas.

Com a retirada da 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites, a capela os acompanhou, todavia, os habitantes que ali ficaram logo ergueram o *Oratório de Santa Maria*, promovido a Capela **Curada** de Santa Maria e, assim, como Curato, recebeu a licença para realizar a Eucaristia e o Batismo. No ano de 1814, Padre Antônio José Lopes abriu o Livro Tombo (livro de registro do povoamento do Curato) o fato apresentou um mal entendido sendo comemorado assim, neste ano, o centenário da cidade. Chegaram à localidade também, neste período, habitantes vindos de São Paulo, Rio Pardo, Cachoeira, Taquari, Viamão dentre outras localidades, contudo, quase todos açorianos. (BELÉM, 1989, p. 24).

Em 1819 aos 16 dias do mês de abril, o povoado de Santa Maria passa a 4º Distrito da Vila Nova de São João da Cachoeira (hoje Cachoeira do Sul). Já em 16 de novembro de 1837, torna-se **Freguesia** de Santa Maria da Boca do Monte pela Lei Provinciana nº 06. Nisso, o curato passa a ser Paróquia. Neste andar, Santa Maria já apresentava um bom contingente populacional e um desenvolvimento no comércio, na indústria pastoril e agrícola. Fator este que se deu, em grande medida, pela vinda de imigrantes alemães em meados do século XIX, os quais se somaram aos açorianos. Os alemães ocuparam-se basicamente da agricultura e do comércio de suas mercadorias articulando assim um progresso das estruturas da cidade. Ruas, praças, estabelecimentos comerciais, arquitetura, poços para obtenção de água dentre tantas outras necessidades da estrutura urbana. Podemos destacar, muito embora não se tenha hoje representações significativas na cidade de Santa Maria, a arquitetura alemã que se vinculava muito as características da casa feita na Alemanha, mas com pequenas adaptações em função do clima.

Em 1857, com o advento destas estruturas urbanas, Santa Maria, conforme a Lei Provinciana nº 400, torna-se **Vila** a qual mais tarde, em 16 de abril de 1876 seguindo a Lei Provinciana nº 1013, torna-se **Cidade** de Santa Maria. Neste período percebe-se também a vinda de imigrantes Italianos os quais se instalaram nos arredores de Santa Maria, principalmente na região da Quarta Colônia. Contudo, hoje percebo um contingente significativo de descendente destes imigrantes

habitando a cidade de Santa Maria. Quanto à Arquitetura, inicialmente foram erguidos abrigos provisórios de madeira, estacas amarradas com cipó ou taquara tramada. Estes abrigos logo deram lugar às edificações definitivas elaboradas com pedra e alvenaria. Ainda vemos exemplares em bom estado de conservação destas edificações, no entanto, quanto aos abrigos provisórios praticamente nada restou. (BISOGNIN; FOLETTTO, 2008, p.38)

Certamente até meados do século XX não havia nenhuma manifestação concreta referente à valorização do Patrimônio Cultural. No século XIX começaram a aparecer estruturas arquitetônicas que passaram a delinear o perfil da cidade. Perfil este que se alicerça com a implantação da Ferrovia no estado do Rio Grande do Sul. Temos então, que após a conclusão da linha - tronco Porto Alegre - Uruguaiana, houve a inauguração do trecho Santa Maria-Cruz Alta (1894) e Cacequi - Rio Grande (1900). Com isso, Santa Maria, em função de sua posição geográfica passou a ser o ponto de cruzamento de todas as linhas férreas. Fator estes que desencadeou um grande desenvolvimento populacional, arquitetônico, econômico e comercial. A Avenida Rio Branco, com intuito de unir a Viação Férrea à cidade tornou-se o ponto das instalações mais importantes como os hotéis, a Igreja Matriz, as residências das famílias mais abastadas e os representantes do comércio. (BISOGNIN; FOLETTTO, 2008, p.45).

Quanto à arquitetura, no final do século XIX e início do século XX, há a forte presença de construções de cunho eclético. Algo que indicava uma ligação do proprietário rico com a modernidade e o progresso (BISOGNIN; FOLETTTO, 2008, p. 47). Sendo assim, posso perceber neste intervalo de tempo influência de vários estilos na estrutura arquitetônica de Santa Maria. Temos alguns como: O Barroco, o Neoclássico, o *Art Nouveau*, o Neogótico, o Renascentista, o Estilo Normando, Grego, Romano, Românico, Egípcio, Mourisco e Indiano. Estas influências podem ser vistas em construções que se enquadravam “nas seguintes funções: arquitetura de serviço, atividades públicas, educacionais, comercial/residencial, religiosa e militar e arquitetura residencial e de madeira”. (BISOGNIN; FOLETTTO, 2008, p.53).

Com estas caracterizações da construção e da estruturação urbana de Santa Maria, percebo que a partir da década de 30 começou um declínio do sistema ferroviário em função das inovações que passaram a ocorrer nos meios de transporte e comunicação. Com isso, Santa Maria, que se caracterizou por longo

tempo por ser uma cidade comercial/ferroviária passa a uma cidade Universitária. Isso, tendo em vista os grandes investimentos que passaram a ser feitos nas estruturas de educação superior nesta época, no Brasil.

Dentre estas temos:

1931: Fundação da Faculdade de Farmácia de Santa Maria, sob os auspícios da Sociedade de Medicina de Santa Maria (30 de setembro).

1954: Instalação do Curso de Medicina de Santa Maria em 19 de maio - modalidade extensão da Universidade do Rio Grande do Sul - pelo ex-Reitor Elyseu Paglioli. Logo após foram criadas as Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas e a Escola Superior de Enfermagem.

1955: Fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição.

1956: Transformação do Curso de Medicina (modalidade extensão) em Faculdade de Medicina de Santa Maria e incorporado a UFRGS pela Lei nº 2717

1960: Criação da Universidade Federal de Santa Maria, pelo Decreto Lei nº 3834.

Com estes encaminhamentos, Santa Maria “de pacata cidade no século XIX, transformou-se em cidade ferroviária, em cidade comercial e, então, cidade estudantil” (BISOGNIN; FOLETTTO, 2008, p.191). Com esta estrutura, que efervesceu na década de 60 com a criação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria passou a apresentar um contingente populacional oscilante em função dos estudantes. Demonstrando assim, com mais ênfase a multiplicidade étnica que ali se apresentava. Com isso, busco verificar como a Instituição Universidade Federal de Santa Maria vem articulando o processo de valorização do Patrimônio Cultural Santamariense, dando destaque ao curso de Arquitetura e Urbanismo. Preocupação que toma corpo ao ponto em que percebo esta multiplicidade de culturas e histórias que constituem a cidade de Santa Maria.

1.4- Santa Maria/cidade Universitária: articulações patrimoniais no meio acadêmico.

Vários pensadores direcionam seus estudos a uma valorização da cultura local e nacional. Valorização esta não mais direcionada a um único ponto de vista, mas a variedade de fatores e situações presentes no multiculturalismo social e temporal o qual nos encontramos. Com isso, nestes processos voltados ao desenvolvimento de Santa Maria, temos a forte presença de concepções históricas advindas dos imigrantes dos diferentes países os quais estabeleceram vários dos valores históricos e culturais que se apresentam hoje. Estas concepções abrangem os mais variados setores e não se pode negar sua interferência no processo de criação da Universidade Federal de Santa Maria. Universidade esta que se apresenta como um dos marcos do Sistema Educacional por ser a primeira Universidade Federal a ser instalada fora do eixo das capitais dos Estados no Brasil.

Idealizada e fundada por Mariano da Rocha Filho, no ano de 1962, Universidade Federal de Santa Maria

resultou de sua luta pela interiorização do ensino superior desencadeada em 1946, quando conseguiu, liderando e articulando um amplo movimento do interior do Rio Grande, incluir no texto da constituição estadual um parágrafo que transformava a Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul, através da anexação das faculdades situadas no interior: Farmácia de Santa Maria e Direito de Pelotas.(BARICHELLO,2001)

A partir destes acontecimentos e com a então criação da Universidade Federal de Santa Maria, passamos a ter um reconhecimento do que vinha sendo posto enquanto Educação Superior. Esta situação foi possível pela dedicação de Mariano da Rocha Filho em trazer para a UFSM professores e pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento e reconhecimento dos cursos através da pesquisa e da implantação de projetos de grande importância e abrangência.¹⁴

¹⁴ Operação Oswaldo Aranha, financiada pela FAO entre 1968 e 1974, que visava o desenvolvimento do setor agropecuário, especialmente com relação às pequenas propriedades rurais. Em 1969, instalou em Santa Maria, com o auxílio da OEA, a Faculdade Interamericana de Educação, o primeiro curso de Pós-Graduação em Educação no gênero no país, que reunia

Frente a este histórico verifico pressupostos que subjazem a estrutura de ensino que se fez e permanece até hoje nesta instituição. Pressupostos vinculados a ideais educacionais internacionais que visam um desenvolvimento aprimorado em questões tecnológicas, administrativas e de saúde pública, deixando de lado, em certa medida, questões culturais e peculiares a estruturação local. Em consideração a esta realidade, vislumbro a necessidade de verificar como a valorização do Patrimônio Cultural vem sendo trabalhada no âmbito da Instituição de Ensino Superior, nos diferentes cursos da Universidade Federal de Santa Maria, aprofundando no curso de Arquitetura e Urbanismo. Assim, conforme o apresentado no Projeto Político Pedagógico da UFSM tem-se que:

Confiamos que a sociedade seja cada vez mais capaz de integrar forças dedicadas ao benefício coletivo, afirmando a importância da ética e da capacidade de reflexão sobre problemas sociais. Reforçamos assim através deste documento a compreensão da Universidade como instituição capaz de cumprir responsabilidades e fomentar transformações. (UFSM, 2001)

Com esta colocação e demais explicitações presentes no Projeto Político Pedagógico da UFSM é que teve início a verificação de como seus cursos e, em específico, o Curso de Arquitetura e Urbanismo, vêm construindo seus conceitos e manifestações referentes ao Patrimônio Cultural através da estruturação curricular, ou seja, das disciplinas e através de ações não curriculares como projetos e participação em órgãos vinculados ao problema da valorização.

Com isso, primeiramente, busquei verificar os órgãos que tratam do Patrimônio Cultural diretamente vinculados a UFSM. Órgãos que trazem marcos significativos em relação à UFSM e a historicidade de Santa Maria.

Temos então, o **Museu Gama D'Eça**¹⁵, criado em 1968¹⁶ pelo então reitor da UFSM, José Mariano da Rocha. Este Museu, planejado em um dos primeiros

educadores de todos os países latino-americanos, estudando já naquela época, as diretrizes de uma nova universidade para a América Latina. (BARICHELLO, 2001)

¹⁵ As informações acerca do Museu Gama D'Eça foram retiradas de documentos informativos contidos no acervo do referido Museu.

¹⁶ Cabe lembrar que a intuição ocupa uma edificação arquitetônica datada de 1913, sendo esta residência do Dr. Astrogildo César de Azevedo, fundador do hospital de Caridade.

projetos da UFSM, localizava-se em um espaço entre a Reitoria e o Planetário. Espaço, este, destinado as Ciências, a História e a Arte.

A denominação de Museu educativo se deu pela insistência de José Mariano da Rocha para o destaque em relação à educação no Museu, atendendo não só a comunidade universitária, mas a comunidade em geral. Seu nome é em homenagem ao coronel José Maria da Gama Lobo Coelho D'Eça, o Barão de Saican pelos seus tantos serviços prestados à pátria.

Temos que em 1981 foram incorporadas as peças do Museu Víctor Bersani, da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, totalizando assim mais de 6.000 peças em seu acervo, com vários tipos de objetos e documentos de caráter histórico.

Além do Museu Gama D'Eça, temos vários outros órgãos e laboratórios localizados nas estruturas da UFSM, contudo o destaque será dado para os órgãos que tratam da valorização do Patrimônio Cultural. Destaco então, o Instituto de Preservação da Memória Cultural e Santa Maria (**IPREMEC**); o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (**COMPHC**), que conta com representantes da UFSM e de outras entidades Santamarienses, vinculado a Prefeitura Municipal; o **Departamento de Arquivo Geral da UFSM** e o Núcleo de Estudos de Patrimônio e Memória (**NEP**), órgãos vinculados e geridos em algumas instâncias por representantes de setores da UFSM e que apresentam um valor significativo para a construção histórica de Santa Maria nas últimas décadas.

O Instituto de Preservação da Memória Cultural e Santa Maria (IPREMEC)¹⁷,

Foi criado como órgão suplementar da reitoria da UFSM, através da Resolução de nº 02/84 de 25 de janeiro de 1984, em conformidade como processo aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário em sua 346 sessão, realizada a 28 de dezembro de 1983. (ALMEIDA, 1988)

O presente instituto, hoje não mais em atividade, era composto, na década de 1980 pelos seguintes membros:

- Prof. Luiz Gonzaga Binato e Almeida- Diretor Coordenador de Gabinete;

¹⁷ As informações contidas neste texto foram retiradas das documentações do IPREMEC localizadas no Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

- Prof. José Júlio -Barbarena- Arquitetura e urbanismo;
- Profª. Lúcia Isaia- Arte e Cultura Popular;
- Prof. José Newton Cardoso Machiori- Ciências Naturais;
- Profª. Laurenir Lucas da Silveira-Museologia;
- Prof. Victor Hugo O. da Silveira- Antropologia;
- Prof. Humberto Gabbi Zanatta- Comunicação
- Arquiv. Luiz Francisco Mazo Martins- Documentação.

Composto por profissionais de várias áreas, o IPREMEC tinha como objetivo “resgatar a dívida sócio-cultural das Instituições de Ensino Superior acerca da “imperiosa necessidade de proteger tudo aquilo que é do passado, por responder a sensibilidade, tiver condições de perenizar-se” (UFSM- DAG, s/d). A partir deste objetivo de preservação patrimonial e da memória de Santa Maria e Região, este órgão era composto por diversos Gabinetes que tinham suas atribuições em vários setores representantes da memória cultural, como:

Gabinete de Documentação: responsável pela documentação dos demais arquivos e da memória de Santa Maria e Região;

Gabinete de História: trabalhar acerca dos diferentes conteúdos que a História abrange para assim compreender o desenvolvimento local e regional;

Gabinete de Arte e Cultura Popular: estudo acerca da cultura Gaúcha, do folclore e de seus aspectos tradicionais;

Gabinete de Ciências Sociais: trabalhar acerca das manifestações das Ciências Sociais em Santa Maria e Região;

Gabinete de Arquitetura e Urbanismo: trabalhar acerca da preservação do Patrimônio Arquitetônico e Ambiental Urbano de Santa Maria e Região;

Gabinete de Museologia: incorporar ao Museu Gama D'Eça, as peças que sejam recolhidas pelo trabalho do Instituto, bem como articular atividades educativas e de preservação patrimonial;

Gabinete de Antropologia: trabalhar acerca da preservação do patrimônio Pré-histórico de Santa Maria e Região;

Gabinete de Comunicação Social: trabalhar acerca da divulgação de meios e formas de comunicação social usados em Santa Maria e arredores e produzir material de divulgação através de diferentes processos.

Para exemplificar, temos algumas atividades apresentadas no Relatório de atividades do IPREMEC, no Ofício IPREMEC/037.88 de 1988, onde constam atividades realizadas no período:

- Projeto “Pedras Altas, de Assis Brasil”;
- “Brecheret em Santa Maria”;
- “Identificação do Patrimônio Ambiental Urbano de Santa Maria”;
- Subsídio para pesquisa fotográfica.

Estes são apenas alguns dos projetos dentre outras atividades como Livros, Visitas e Assessorias Técnicas, Palestras, Eventos Culturais, Divulgação, Entrevistas, etc. As atividades deste instituto foram interrompidas no ano de 1997.

Com uma maior abrangência relativa à participação institucional, temos o **Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHC)** que foi criado pela lei Municipal nº 3.999 de 1996. Compõe este órgão pessoas ligadas a administração, ao ensino e à cultura de Santa Maria. Sendo estes representantes designados na forma da referida Lei, em seu Art. 5º¹⁸, onde consta a representação principalmente da Administração Municipal e da Universidade Federal de Santa Maria. Sendo assim, este órgão não tem suas atribuições ligadas diretamente a UFSM, mas esta participa em sua estruturação e colabora para o desenvolvimento de suas ações.

¹⁸ Art. 5º - O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria tem a seguinte composição:- Um membro do Centro de Artes e Letras - UFSM; - Um membro do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM; - Um membro do Centro de Ciências Sociais e Humanas - UFSM; Um membro do Centro de Tecnologia - UFSM; - Um membro do IPREMEC - da UFSM; - Um membro da Secretaria de Município de Cultura; - Um membro da Secretaria de Município de Educação; - Um representante da Procuradoria Jurídica do Município; - Um representante do Gabinete do Prefeito Municipal (de livre escolha do Prefeito); - Um membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria; - Um Membro do CONDUSMA; - Dois membros da FAFRA;

As atribuições do COMPHIC se direcionam para a proteção do patrimônio material e imaterial do município. As ações realizadas segundo a Lei Municipal nº 3.999, de 24-09-1996, em seu Art. 4º:

Art. 4º - O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria, órgão de assessoramento, vinculado ao Prefeito por linha de coordenação, ao qual compete: a) Inventariar e registrar os bens cujas características ensejam preservação; b) Cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento emitindo parecer fundamentado; c) Apreciar, de ofício ou requerimento, a conveniência de tombamento, emitindo parecer ao tombamento fundamentado; d) Proceder ao tombamento provisório; e) Encaminhar ao Prefeito para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo; f) Articular-se com os demais órgãos da administração Municipal, para o atendimento de suas finalidades e, especialmente, para fiscalização do cumprimento da Lei;

Ou seja, compete ao COMPHIC toda a tramitação e documentação necessária para o tombamento de um bem Histórico Cultural. Tendo suas ações ganhado destaque no início do século XXI, temos que até o presente momento foram realizadas, pelo COMPHIC, o tombamento dos seguintes Bens: Museu Treze de Maio, Túmulo denominado “Antigo Jazigo da família Isaía”, Sotéia, Instituto de Educação Olavo Bilac, Estrada do Perau, Residência Manuel Ribas¹⁹. Os processos de tombamento que estão em andamento são: Capela em Arroio do Só, Clube Caixeiral, Theatro Treze de Maio e a 6ª Brigada da Infantaria. (BISOGNIN; FOLETTO, 2008).

O **Departamento de Arquivos Gerais da UFSM²⁰**, o qual apresenta a organização dos dados, documentos e materiais dos órgãos vinculados à instituição - UFSM. O sistema de arquivos não apresentou nenhuma preocupação frente às legislações e Estatutos até o final da década de 70, apenas em 1988, o regimento Geral da UFSM prevê, vagamente, questões referentes ao arquivo:

¹⁹ No presente ano de 2010, com a nova direção do CONPHIC, está sendo feito um levantamento dos bens que estão efetivamente tombados, dos que estão no processo de tramite legal e os que necessitam ser revistos. O Departamento de Arquivos Gerais Localiza-se no Campus Universitário - Camobi, Reitoria- Sala 130- Térreo.

²⁰ O Departamento de Arquivos Gerais Localiza-se no Campus Universitário - Camobi, Reitoria- Sala 130- Térreo.

No art. 14, item IV, a competência da Pró-Reitoria de Administração em 'coordenar as atividades administrativas nas áreas de Administração Financeira e Contabilidade, Material e Patrimônio, Recursos Humanos, Serviços Gerais, Processamento de Dados, Arquivo e Microfilmagem', e, no art. 40 item VIII, dá competência ao DERCA, para manter atualizado o arquivo de alunos em atividades e evadidos. (UFSM- DAG, 2008)

A partir destas circunstâncias foi organizada uma equipe para a elaboração das propostas de um Arquivo Geral. Este projeto²¹ foi aprovado em 17 de janeiro de 1990, na 438ª Sessão do Conselho Universitário. Em 2006, a partir de um novo projeto, aprovado em 22 de dezembro de 2006, na 663ª sessão do Conselho Universitário, parecer n. 114/06 da Comissão de Legislação e Regimento, a Divisão de Arquivo Geral começa a denominar-se Departamento de Arquivo Geral²². Sendo assim, os objetivos deste Departamento apresentam-se como sendo:

O Departamento de Arquivo Geral tem a finalidade de coordenar o sistema de arquivos na UFSM, mediante à adoção de políticas de gestão documental, constituindo-se em um instrumento de apoio à administração, à pesquisa histórica ou científica, na defesa dos interesses da Universidade e dos direitos do cidadão. (UFSM-DAG,2008)

Desta forma, este Departamento de Arquivo apresenta-se como um órgão de preservação da história da Instituição constituindo-se como uma estrutura de significativa relevância acerca da valorização da Instituição - UFSM. Contribui assim, juntamente ao Curso de Arquivologia, para o cumprimento da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 que, em seu artigo 1º advoga: Art.1º É dever do Poder Público a gestão documental e o de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (BRASIL-CONARQ, 2008). Colaborando assim para a manutenção e preservação da Cultura e da História local.

²¹ Este projeto "cria a Divisão de Arquivo-Geral, como órgão executivo da Administração Superior vinculada à Pró-Reitoria de Administração, por meio da Resolução n. 0006/90 e alterada em seu item I pela Resolução n. 0007/90". (UFSM-DAG, 2008)

²² Este Departamento de Arquivos Gerais "constituindo-se na estrutura organizacional da UFSM como órgão suplementar central, Resolução n. 016/2006, de 26 de dezembro de 2006." (UFSM-DAG, 2008)

Outro órgão de destaque nesta questão é o **Núcleo de Estudos de Patrimônio e Memória (NEP)** o qual, desenvolve pesquisas vinculadas ao resgate e valorização dos bens culturais, naturais, históricos, dentre tantos outros possíveis. Este órgão tem por objetivo o desenvolvimento de ações que levem a conscientização da comunidade acerca da importância da preservação e valorização do patrimônio local. Estas ações são realizadas na comunidade e também nas escolas dando incentivo aos professores da rede para a inserção desta temática em sala de aula acreditando ser possível uma maior mobilização da comunidade para a preservação da identidade e da historicidade local.

Estas ações e estudos buscam fazer do espaço universitário um espaço aberto para o resgate de diversos aspectos da identidade e da realidade local, muitos destes esquecidos e renegados devidos aos avanços e transformações tecnológicos. Avanços estes que fazem a estrutura cultural, histórica e social modificar rapidamente esquecendo os valores e ideais constituídos em sua historicidade. Destacam-se, neste âmbito, também, as ações relativas ao 'saber fazer' local, apresentando assim a cultura e os atrativos locais em termos de artesanato, turismo, religiosidade, manufaturas têxteis e produção de alimentos específicos.

Este órgão apresenta-se então, vinculado não apenas a projetos de pesquisa, mas estende-se ao âmbito do ensino e da extensão, o que dá uma abertura e possibilita esta inserção e aproximação ao contexto local fortemente focado em seus objetivos.

Neste perpassar por alguns dos órgãos e instituições vinculados direta ou indiretamente²³ à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), percebo que cada uma delas advoga acerca de suas especificidades e de suas concepções acerca do Patrimônio Cultural. Neste sentido, foram apresentados alguns órgãos e, a partir destas exemplificações, pode-se perceber que cada órgão, cada Departamento,

²³ Temos em Santa Maria um total de 15 Museus, são eles: Museu Vicente Pallotti, o Museu Diácono João Luiz Pozzobon, o Memorial Mallet, o Museu Gama D'Eça, a Província de Nossa Senhora Conquistadora (Padres Palotinos), Casa de Memória Edmundo Cardoso, Centro Histórico Coronel Pillar, Museu Ferroviário de Santa Maria – AAMFSM, Museu Treze de Maio - Museu Afro-Brasileiro Santa Maria – RS, Museu de Arte de Santa Maria, Museu Sacro de Santa Maria, Museu do Instituto Metodista Centenário, Acervo Histórico do I.E.E. Olavo Bilac, Memorial Maneco, Museu Internacional de Ufologia, História e Ciência (Itaara).

cada Laboratório busca uma especificidade atribuindo valores e ações que propiciam verificar distintas formas de valorização vinculadas a UFSM e a Santa Maria. No entanto, apesar de inúmeras iniciativas ainda o enfoque dado refere-se significativamente aos bens materiais. Bens estes definidos pelo IPHAN (2008) como sendo

composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Esta situação pode ser evidenciada pela história Santamariense e também pela constituição Universitária. Fator este que certamente dá destaque às grandes edificações, mas também as edificações constituídas pela camada social e que como nos colocam Cerri; Gonçalves (2010) tornaram-se representante simbólico da nação brasileira e em específico da cidade de Santa Maria. É possível referendar esta situação ao citar os bens considerados Patrimônio Cultural na cidade de Santa Maria. Bens materiais e representativos das diferentes culturas e classes que aqui estiveram.

São eles:

- 1- Prédio do ex-Banco Nacional do Comércio (tombado em 15 de fevereiro de 1978);
- 2- Vila Belga (tombada em 06 de junho de 1988);
- 3- Prédio da ex- SUCV (tombado em 25 de junho de 1993);
- 4- Prédio do Colégio Estadual Manuel Ribas (tombado em 19 de dezembro de 1995);
- 5- Mancha Ferroviária de Santa Maria (tombada em 21 de outubro de 1996);
- 6- Antiga Estação Férrea de Camobi (tombada em 25 de junho de 2001);
- 7- O Coreto e o Chafariz da Praça Saldanha Marinho (tombado em 23 de maio de 2003);

- 8- As capelinhas Azul, Branca e Rosa (tombadas em 25 de junho de 2001);
- 9- O prédio do Templo da comunidade Evangélica, Igreja Luterana;
- 10- O prédio do Templo da comunidade Evangélica, Igreja Luterana;
- 11- O prédio do Templo da Sinagoga (tombado em 29 de outubro de 2002);
- 12- O prédio do Templo da Catedral Diocesana (tombado em 29 de outubro de 2002);
- 13- O prédio do Templo da Catedral do Mediador (tombado em 29 de outubro de 2002);
- 14- Tombamento definitivo da parte integrante da Mancha Ferroviária de Santa Maria (tombado em 24 de agosto de 2000);
- 15- Conjunto de prédios situados na esquina da Rua Ernesto Becker e José do Patrocínio (tombado em 21 de fevereiro de 2003);

Esta listagem dos bens tombados na cidade de Santa Maria até o ano de 2004 apresenta-se de acordo com os bens citados por Cerri e Gonçalves, bens referentes a construções arquitetônicas como igrejas, quartéis, fortes, palácios, casas, capelas, etc. A listagem acima apresentada não foge desta estrutura histórica e cultural pela qual passou a colonização da cidade de Santa Maria.

Com esta caracterização que vem se articulada desde os primórdios da valorização do Patrimônio Cultural, entendo que esta, com a inserção dos bens imateriais, passa a ser rearticulada no intuito de procurar atender outros interesses. Interesses estes que se direcionam as constantes modificações e reivindicações sociais, tendo em vista o período histórico contemporâneo em que convivem tradições e tecnologias e onde as cidades passam a assumir um aspecto desordenado. Aspecto este, o qual se apresenta como proveniente da multiculturalidade, da busca acirrada, das diferentes instituições e empreendimentos, pela inovação, pelo diferente, ou seja, a sociedade começa a se estruturar conforme as relações que acontecem entre os sujeitos sociais.

Permeados por estes novos ideais sociais, o processo de valorização do Patrimônio Cultural também se modifica passando a abarcar conforme a Convenção

para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO em 17 de outubro de 2003, acima citada, os bens Imateriais. Sendo assim,

A conceituação do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil acompanha de perto essa formulação. O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial [...] A Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (IPHAN, 2006a), que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, opera claramente com uma definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial. A noção de patrimônio cultural imaterial vem, portanto, dar grande visibilidade ao problema da incorporação de amplo e diverso conjunto de processos culturais – seus agentes, suas criações, seus públicos, seus problemas e necessidades peculiares – nas políticas públicas relacionadas à cultura e nas referências de memória e de identidade que o país produz para si mesmo em diálogo com as demais nações. (CASTRO; FONSECA, 2008)

Estas colocações nos mostram como os bens imateriais vem tomando espaço e articulando-se aos interesses da classe popular propondo assim uma mudança significativa na estrutura patrimonial. Com isso, se faz necessário verificar como a UFSM, e aqui aprofundando no curso de Arquitetura e Urbanismo, vem articulando estas informações com seus acadêmicos, futuros profissionais que estarão interagindo com a área patrimonial. Esta análise proporcionará, assim, uma ampla sistematização das ações estabelecidas pela UFSM e também, em uma explanação mais detalhada, como o curso de Arquitetura e Urbanismo, com suas preocupações estruturais e conceituais da cidade, vem trabalhando e articulando estas situações de valorização do Patrimônio Cultural na cidade de Santa Maria.

2 A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA REPRESENTATIVIDADE FRENTE AOS CURSOS DA UFSM



Imagem 03- Prédio da SUCV em Santa Maria

Disponível em: santamaria.redecidades.net/turismo.php

2.1 O trabalho com o Patrimônio Cultural nos cursos da UFSM

Amparada por todo um delineamento histórico, o presente estudo, demonstra a necessidade de ultrapassar a aparência imediata, o que infere em ir a fundo e encontrar o significado, tantas vezes oculto nas falas e ações (MARTINS, 2006). Desta forma, a fim de obter uma maior substancialidade nestes dados tornou-se necessário, além da investigação documental, a efetivação de entrevistas semi-estruturadas com os professores responsáveis pelas disciplinas que apresentam relação com a preservação do Patrimônio Cultural. Neste sentido, a utilização das entrevistas se deu pelo seu caráter de investigação social, ou seja, pela sua flexibilidade e possibilidade de aprofundamento no diálogo, o que contribui para a consolidação dos dados. Desta forma, “por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários e outros instrumentos, explorando-os em profundidade” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p.168, *grifo nosso*).

Sendo assim, para a realização das entrevistas, primeiramente tornou-se necessário verificar junto à coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo, a existência de Trabalhos de Final de Curso (TFG's) relacionados à temática (ANEXO 01). Juntamente a estes dados, obtive também a listagem de temas desenvolvidos na disciplina de Projeto de Arquitetura VII (ANEXO 02). Dados estes que foram de suma importância para a organização de tópicos que direcionem a argumentação das entrevistas, aproximando-se assim, de um diálogo informal o qual visou obter dados mais subjetivos acerca da temática tais como:

- 1- Em relação ao programa de ensino da disciplina a qual ministra, percebe-se a existência de tópicos referentes à questão do patrimônio cultural. Qual o enfoque dado? Quais os tópicos abordados e qual a ênfase?
- 2- Percebe-se, segundo a listagem dos TFG (trabalhos finais de graduação), que há a presença de estudos referentes à valorização do patrimônio cultural local e regional. Como o Sr./ Sra., em sua disciplina, procura trabalhar estes interesses com seus alunos?

- 3- Em relação ao problema do patrimônio cultural imaterial, há alguma discussão acerca desta temática?
- 4- Além das atividades curriculares, o Sr./ Sra. coordena ou participa de algum projeto de pesquisa ou extensão referente a valorização patrimônio cultural?

Este levantamento dos dados não é um processo acumulativo e linear, pois não visou somente uma sistematização dos fatos, mas também, uma apreensão das concepções dos docentes frente à questão. Assim, os dados passaram a ser construídos, interativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos proporcionando assim, o intercâmbio de fatores intrínsecos que foram de significativa importância para verificar a forma como o assunto vem se apresentando no processo do ensino no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM.

Na presença destas informações construídas junto aos documentos e, aos colaboradores da pesquisa, foi realizada a Análise do Conteúdo. Análise esta que visa aos produtos da ação humana, voltando-se para um estudo não só das palavras e objetos por si só, mas de todo seu contexto. Este processo de apreciação dos dados, seguindo os apontamentos de Szymansky (2004), foi efetivado em três etapas: *pré-análise* (fase em que foi feita a organização do material documental e a análise dos fatores que interferiram na realização das entrevistas, novas informações, dúvidas, questionamentos, desconhecimentos), *descrição* (encontra-se no momento da transcrição, da transposição das falas, das impressões e sensações para outro código - a escrita) e *interpretação referencial* (aonde acontece a análise, a sistematização dos dados). Estes passos possibilitaram a verificação de como aconteceu e como estão acontecendo as proposições curriculares e extracurriculares vinculadas ao curso de Arquitetura e Urbanismo na relação com a formação e informação dos acadêmicos/cidadãos acerca da valorização do Patrimônio Cultural na cidade de Santa Maria. Passos estes que começo a analisar, como proposto na metodologia da pesquisa, com os cursos de graduação da UFSM, na sua última reformulação curricular para que assim se pudessem evidenciar quais os cursos que também vem estabelecendo relações com a temática. A tabela abaixo, nos mostra que há um número significativo de cursos que podem trabalhar

ou estão trabalhando em torno desta temática. As disciplinas postas na coluna das “DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO” e que, apresentam-se sublinhadas tem grande probabilidade de apresentarem esta temática.

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Direito Diurno-2007	<u>ISP 1041 Antropologia E Direito</u>	

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Artes Visuais- Licenciatura e Bacharelado- 2004	<u>ART 1003 Fundamentos de Desenho e Plástica</u>	ART 1007 Historia da Arte I ART 1008 Historia da Arte II ART 1009 Historia da Arte III ART 1010 Historia da Arte IV

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Desenho Industrial - Projeto de Produto- 2004		ART 1033 BIB Historia da Arte I ART 1040 BIB Historia da Arte II

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Desenho Industrial - Programação Visual- 2004		ART 1033 BIB Historia da Arte I ART 1040 BIB Historia da Arte II ISP 1034 PRG Sociologia e Cultura Contemporânea

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES

	SOBRE PATRIMÔNIO	SOBRE PATRIMÔNIO
Ciências Sociais 2004		HST 102 Hist Econ Pol. e Soc. Brasil ISP 1003 Antropologia I ISP 1004 Política I ISP 1005 Sociologia I ISP 1006 Antropologia II ISP 1007 Política II ISP 1008 Sociologia II ISP 1009 Antropologia III ISP 1010 Política III ISP 1011 Sociologia III

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Ciências Sociais 2005		HST 101 BIB Historia Econômica, Política e Social Geral HST 102 BIB Historia Econômica, Política e Social do Brasil ISP 1004 PRG Política I ISP 1005 BIB Sociologia I ISP 1049 PRG Antropologia A ISP 1049 PRG Antropologia A ISP 1007 BIB Política II ISP 1008 PRG Sociologia II ISP 1050 BIB Antropologia B ISP 1010 BIB Política III ISP 1011 PRG Sociologia III ISP 1051 BIB Antropologia C

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Comunicação Social / Publicidade e Propaganda - 2004		HST 311 Cultura Brasileira COM 1004 Semiótica da Comunicação

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Ciências Econômicas-2005		CIE 1016 BIB Historia do Pensamento Econômico I CIE 1017 PRG Historia do Pensamento Econômico II CIE 134 BIB Formação Econômica do Brasil I CIE 1008 PRG Desenvolvimento Econômico CIE 136 BIB Formação Econômica do Brasil II

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Ciências Econômicas-2007		CIE 1049 - História do pensamento econômico ISP 108 PRG - Evolução das idéias sociais CIE 1050 PRG - Formação econômica do Brasil CIE 1044 PRG - Desenvolvimento socioeconômico CIE 1051 PRG – Economia Brasileira

Tabela 01: Disciplinas que contemplam a temática do Patrimônio nos Cursos de Direito Diurno, Artes Visuais- Licenciatura e Bacharelado- 2004, Desenho Industrial - Projeto de Produto-2004, Desenho Industrial - Programação Visual-2004, Ciências Sociais 2004, Ciências Sociais 2005, Comunicação Social/ Publicidade e Propaganda – 2004, Ciências Econômicas-2005, Ciências Econômicas-2007.

Desta forma, percebi que no corpo curricular destes cursos há possibilidades de articulação desta temática, ainda que, estas ações e estas proposições disciplinares apresentem-se restritas ao campo acadêmico tendo como resultado pouca abertura para a comunidade universitária e para a comunidade externa, ou seja, a comunidade Santamariense. O que se configura em um dos principais problemas em relação às instituições acadêmicas de Ensino Superior: a não vinculação/exteriorização do que vem sendo produzido e pesquisado no âmbito acadêmico.

O passo seguinte foi adentrar nos cursos vinculados ao Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, em função dos departamentos de origem dos professores que compõem o colegiado do PPGPPC (ANEXO 03), que são: Engenharia Civil, História, Arquitetura e Arquivologia. Destaco que há outros departamentos envolvidos onde os professores atuam como convidados. Assim, este mestrado, conforme apresentado no Projeto Político Pedagógico do curso (PPP, 2006), teve sua origem com o oferecimento de uma especialização voltada à área de Patrimônio Edificado, o *Curso de Especialização Profissional em Restauração e Conservação Patrimônio Cultural*, no ano de 2003. Em 2004, foi submetida a primeira versão do projeto e abertura do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural junto a UFSM. Após ser avaliado, recebeu uma notificação colocando que o corpo docente estava mais ligado à área de patrimônio edificado e, sugeriu-se então a inserção dos professores ligados às áreas de Antropologia, Paleontologia, entre outros. Assim, após alterações a proposta retornou com as sugestões solicitadas alteradas. Nesta perspectiva então, os docentes do curso constituem-se de professores das áreas de História, Documentação, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Geociências, Museologia, tendo como base o vínculo formal com a Instituição, à carga horária contratada e ao tempo dedicado ao programa, e como colocado acima, por professores colaboradores de outras instituições e de outros departamentos.

Tendo em vista esta abrangência e multidisciplinaridade abarcada pelo referido mestrado, busquei então verificar no Projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação envolvidos neste Programa de Pós-Graduação e, no currículo das duas últimas décadas, quais sejam, 1990 e 2000, quais as disciplinas trabalhavam e trabalham com as questões patrimoniais.

A tabela abaixo, nos trás uma sistematização das disciplinas vinculadas a esta temática e as disciplinas que poderiam estabelecer alguma relação tendo em vista o objetivo de cada uma destas. Assim como a tabela anterior, as disciplinas postas na coluna de **“DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO”** e que se encontram sublinhadas apresentam-se com grande probabilidade de terem vinculação à temática.

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Curso de História-Licenciatura plena, 1990		EPS221 Antropologia EPS317 História da Arte EPS210 História do livro e dos Arquivos
Curso de História-Licenciatura plena, 1991		EPS132 História Antiga EPS234 História da Arte
Curso de História-Licenciatura plena, 1996-1997		HST132 História Antiga "A" HST234 História da Arte "A"
Curso de História-Licenciatura plena e Bacharelado, 2004	<u>HST1036 Educação Patrimonial e ensino da história</u>	HST1005 Arqueologia I HST1011 Arqueologia II HST1039 História e Museu
Curso de História-Licenciatura plena e Bacharelado, 2005	<u>HST1036 Educação Patrimonial e ensino da história</u>	HST1005 Arqueologia I HST1011 Arqueologia II HST1039 História e Museu HST1029 Prática do Historiador em Arquivologia

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Arquitetura e Urbanismo 1995	<u>DAU555 Teoria da Arquitetura e do Urbanismo IV</u> <u>JUR531 Estudos sociais e ambientais II: direito e política</u> <u>DAU660 Técnicas retrospectivas</u> <u>DAU717 Projeto de Arquitetura VII</u>	DAU353 Teoria da Arquitetura e do Urbanismo III DAU 554 História da Arquitetura e do Urbanismo IV DAU 655 História da Arquitetura e do Urbanismo V DAU 756 História da Arquitetura e do Urbanismo VI DAU 857 História da Arquitetura e do Urbanismo VII DAU858 Teoria da Arquitetura e do Urbanismo VI DAU 958 História da Arquitetura e do

		Urbanismo VIII
Arquitetura e Urbanismo 2004	<u>AU 2042 Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II</u> <u>DAU 6022 BIB Teorias da urbanização B</u> <u>DAU 8050 PRG Técnicas Retrospectivas</u> <u>DAU 9019 PRG Ateliê de Proj. Arq. Urb. e Paisagismo IX</u> <u>DAU 9849 BIB Teoria e Historia da Arq. e Urb. IX</u>	

CURSOS	DISCIPLINAS COM GRANDE PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO	DISCIPLINAS COM ALGUMA PROBABILIDADE DE APRESENTAREM DISCUSSÕES SOBRE PATRIMÔNIO
Arquivologia-Habilitação em arquivos médicos e arquivos empresariais 1990	<u>EPS211 Historia admin.econ.e soc. do Brasil</u> <u>DCT106 Fund. de Paleografia e Diplomática</u>	EPS 104 Introdução à História DCT 104 Documentação I DCT 102 Arquivo I DCT 208 Antropologia Documental
Arquivologia 1998	<u>DCT 310 Conservação de documentos</u> <u>DCT 316 Noções de Biblioteconomia e Museologia</u>	DCT 122 Ética e Legislação Arquivista DCT 124 Documentação
Arquivologia 2004	<u>HST238 Historia social do Brasil</u> <u>DCT 1009 Conservação preventiva de Arquivos</u> <u>DCT 1015 Restauração de documentos</u> <u>OBS: As duas DCT 1009 e DCT 1015 resultaram da DCT 310 de 1998.</u>	DCT 1003 Avaliação de documentos DCT 1012 Paleografia DCT 1019 Ética e legislação arquivista DCT318 Reprografia DCT Fundamentos do Arquivista

Tabela 02: Disciplinas que contemplam a temática do Patrimônio nos Cursos de História, Arquitetura e Arquivologia das décadas de 1990 e 2000.

Averigüei então, que os cursos de Arquitetura, História e Arquivologia, apresentam alguns enfoques explícitos nas disciplinas. Todavia, cabe destacar, que os cursos de História e de Arquivologia apresentam, já em sua estrutura curricular geral, uma forte vinculação à temática do Patrimônio Cultural o que torna difícil analisar qual disciplina apresenta ou não este enfoque. Isso, pois em cada uma delas apresentam-se apontamentos que podem levar a estas discussões. No entanto, aqui foram destacadas as disciplinas que apresentam, claramente, em sua nomenclatura ou em seus objetivos conceitos referentes ao tema.

Observei na configuração deste panorama, que o Curso de Engenharia Civil não apresenta nenhuma referência ao assunto em sua estruturação curricular, muito embora, há pouco tempo atrás, a este se vinculava um curso de *Curso de Especialização Profissional em Restauração e Conservação Patrimônio Cultural*, o qual deu origem ao atual Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Desta forma, apesar de não apresentar discussões que possam ser observadas na estrutura curricular da graduação, o curso de Engenharia civil apresenta-se como um dos marcos da organização do presente Curso de Pós- Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, um dos concretizadores desta temática na Universidade Federal de Santa Maria.

Na efetivação deste processo, realizei uma investigação procurando, como apresentam Ludke e André (1986, p.35), uma situação onde “ao lado do respeito pela cultura e pelos valores do entrevistado, o entrevistador tem que desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo natural de informações por parte do entrevistado”. Sendo assim, o respeito ético e social às pessoas e às instituições deve ser mantido, contudo, as informações pertinentes a temática serão discutidas, articuladas e divulgadas para a comunidade local tendo em vista que os sujeitos envolvidos estão cientes e aprovaram suas participações na pesquisa.

A partir desta investigação preliminar que abarca um panorama da situação patrimonial nos cursos da UFSM, procurei aproximar-me de algumas das atividades e ações relativas ao curso de Arquitetura e Urbanismo, para assim conhecer alguns dos enfoques patrimoniais desenvolvidos por este curso, o qual faz parte de um contingente significativo de enfoques que a Universidade Federal de Santa Maria vem realizando.

2.2 Um aprofundamento na organização curricular e um olhar para as ações extracurriculares relacionadas ao Patrimônio Cultural desenvolvidas pelos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo em meio à comunidade Santamariense.

Delineado o enfoque no curso de Arquitetura e Urbanismo propus-me a analisar de forma mais aprofundada os objetivos da pesquisa no currículo do referido curso. Temos conhecimento de que os documentos e neste caso as ementas das disciplinas nos fornecem informações referentes aos objetivos e aos conteúdos abordados em tal disciplina, contudo, a entrevista com os professores que ministram estas disciplinas referentes ao Patrimônio Cultural tornou-se um instrumento de pesquisa essencial para que fosse possível evidenciar informações mais subjetivas e substanciais. A partir da análise do currículo do Curso de Arquitetura, temos que as disciplinas que apresentam algumas discussões, em suas ementas, referentes ao Patrimônio Cultural são: DAU555 Teoria da Arquitetura e do Urbanismo IV; JUR531 Estudos Sociais e Ambientais II: direito e política; DAU660 Técnicas Retrospectivas; DAU717 Projeto de Arquitetura VII. Disciplinas estas que foram analisadas a partir das ementas e das falas dos professores que as ministraram. Como se pode perceber, as demais disciplinas: AU 2042 Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II; DAU 6022 BIB Teorias da Arquitetura e Urbanismo B; DAU 8050 PRG Técnicas Retrospectivas; DAU 9019 PRG Ateliê de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo IX; DAU 9849 BIB Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo IX pertencentes à reformulação curricular de 2004, não constam na análise tendo em vista que nem todas foram ministradas ainda e, neste âmbito optei por aprofundar nas demais, as quais possibilitarão um estudo mais aprofundado e articulado entre elas.

Tendo estas informações preliminares, a análise que aqui realizo apresenta-se delineada por “um olhar” sendo que estes dados são passíveis de inúmeros outros olhares, interpretações e análises. Nesta perspectiva, após uma análise dos documentos e currículos, parti para a sistematização das falas realizadas pelos sujeitos entrevistados, sendo eles quatro (4) docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo, três (3) docentes que ministram ou ministraram as referidas disciplinas e o coordenador do curso.

Nesta categorização das temáticas temos:

1-Conhecimentos específicos da área de patrimônio;

2-Aproximação do contexto social, cultural, arquitetônico, histórico e político do local;

3-Influência da identidade profissional do professor nos estudos dos acadêmicos;

4-O material e o imaterial na formação do arquiteto;

5-Atividades extracurriculares de incentivo a participação e aprendizado do acadêmico.

No que se refere aos **Conhecimentos específicos da área do patrimônio** utilizei-me da análise das disciplinas referentes a esta questão, referendadas acima. Neste sentido, conforme a ementa, a disciplina **DAU555 Teoria da Arquitetura e do Urbanismo IV**, tem como objetivo “Conhecer, identificar e inter-relacionar os aspectos que envolvem o processo de produção, valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro” apresentando assim, unidades referentes a: 1- Definição de Patrimônio Cultural; 2- preservação e conservação de bens culturais; 3- história e teóricos da restauração; 4- documentos e organismos internacionais e nacionais e 5- visita técnica.

Ao retomar as falas dos colaboradores da pesquisa, temos a colocação do docente A que nos diz que “- *O enfoque que nós damos são para as Cartas Patrimoniais; para a Evolução histórica do patrimônio, começando na antiguidade e até os dias de hoje e, uma experiência de elaboração de fichas cadastrais. -O que é patrimônio; os tipos; definições e conceitos de preservação; tombamento; a história; os tratadistas. - Neste sentido, se trata a história de Roma, vem vindo para o Renascimento, o Neo-clássico enfocando toda uma evolução da preservação ao longo da história até os dias de hoje.- Os documentos; quem são as instituições: IPHAE, IPHAN, UNESCO, ICOMOS, como trabalham e, também é oportunizado uma visita técnica”.*

Nas colocações feitas por este docente há uma similaridade muito grande com a ementa algo que a torna como um processo inicial do conhecimento das legislações e da teoria referente ao patrimônio, situação esta que sistematiza um

pouco do que coloquei acima acerca das legislações que regem as questões patrimoniais, as formas como elas foram e vêm sendo apresentadas e trabalhadas em nosso país e no mundo, seus idealizadores, suas fases, suas preocupações. Este momento histórico/teórico se torna importante a fim da efetivação do conhecimento de como o patrimônio se consolida. Como coloca Gonçalves (2002, p.88)

Na medida em que, em nome da nação, de um grupo étnico ou de qualquer categoria coletiva, por meio das políticas de Estado, reapropria-se de múltiplos e heterogêneos objetos e os recontextualizam os rótulos de patrimônio cultural, civil, tradicional, identidade e outros, eles produzem os valores que, supostamente, estão em processo de declínio e desaparecimento.

Este conhecimento teórico proporciona olhar para como as legislações vem articulando e legalizando a realização do tombamento de um bem cultural. Desta forma, além destes conhecimentos percebi que é realizado também um aprofundamento através de uma experimentação prática com a realização de visitas a patrimônios e estudos referentes ao local. Situação de suma importância ao levar em consideração que estes alunos terão de trabalhar nesta articulação da teoria com a prática.

Neste mesmo enfoque, o docente B nos coloca que *“é uma ênfase mais teórica, então se trabalha os tratadistas de arquitetura, sobre o patrimônio, desde a Renascença ao período Moderno, prosseguindo com a época dos iluministas até os dias de hoje. Com isso, têm-se todas as Cartas, as Cartas de Atenas, as Cartas de Washington, enfim, todas as documentações acerca do patrimônio. Também identificamos quais os autores, ou quais os pensadores que promoveram estas discussões e que levaram a cabo estas Cartas e Legislações. Então é uma disciplina que enfoca o patrimônio como um todo. Conceituamos o que é Patrimônio Cultural, o que é Patrimônio Natural. Temos que pensar que tudo o que fica de herança é um patrimônio. Seja a coleção de selos do avô, ou um carro antigo”*.

Percebi que o olhar apresentado por este docente sinaliza algo que ele mesmo vem a referendar posteriormente quando nos coloca que *“nesta questão da Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, damos uma visão maior: o patrimônio não é só o edifício, o bem imóvel da cidade, enfim, da região onde estamos trabalhando”*, ou seja, o Patrimônio Cultural não é apenas o bem material antigo, mas sim o bem

que apresenta uma historicidade, que tem significado para uma pessoa ou sociedade independente de ser considerado ou tombado como Patrimônio Cultural. Surge, assim, a singularidade que abarca o Patrimônio Cultural, pois, muito embora tenha uma abrangência e um reconhecimento mais amplo, sua identidade e singularidade foram presenciadas e vividas por poucos.

Ponto este que é desenvolvido nas falas do docente D quando enfatiza que em todas as disciplinas e em toda a formação do Arquiteto e Urbanista o patrimônio é apresentado, seja explícita como nas disciplinas ora analisadas, como implicitamente, referendando-se as demais disciplinas do curso. Esta colocação é reforçada por Lima Filho (2006, p. 21) quando nos situa na questão do material e do imaterial enfatizando que a “materialidade dos objetos está intrinsecamente associada a sua extensão imaterial ou intangibilidade do patrimônio, que tem recebido muita atenção de estudiosos e políticas públicas como, por exemplo, a lei brasileira de registro de bens imateriais.”

Nesta tematização, Lima Filho (2006) nos coloca o posicionamento de outros autores como Fonseca (2005) e Sahlins (2009). Fonseca nos aproxima de uma questão em que os bens patrimoniais não são valorizados somente pela sua excepcionalidade, nisso Sahlins enfatiza que os aspectos materiais não são separados de forma satisfatória dos sociais, sendo estes fortemente imbricados. Em meio a estas teorizações percebi que o material e o imaterial/social apresentam-se imbricados e é o que se verifica nas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo. Já o docente C, nos coloca que neste momento não saberia responder, pois faz alguns anos que não trabalha com estas disciplinas, mas destaca que estas retomarão neste semestre (2º semestre de 2009) em função da reformulação curricular.

Na estruturação da disciplina **DAU660 Técnicas retrospectivas**, há um enfoque mais técnico referente à preservação, a restauração dos patrimônios edificados e, já em sua ementa temos objetivos como: “Conhecer e identificar fatores que envolve a deterioração de edifícios e conjuntos urbanos e as diferentes técnicas aplicáveis na sua conservação, restauro, reestruturação e construção”. Apresentando assim unidades como: 1- Fatores de deterioração; 2- Avaliação do estado de conservação de edifícios e conjuntos urbanos; 3- Técnicas e materiais de conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos

urbanos; 4- Estudos das patologias e dos métodos e técnicas de recuperação de materiais de construção e, 5- visita técnica.

Nas peculiaridades desta disciplina, o docente A nos coloca que *“quando ministrava esta disciplina, há muito tempo atrás, trabalhávamos no sentido de responder o que é patologia, as definições, os tipos de lesões mecânicas (termo em espanhol), o que é umidade, rachadura. - Identificar as prováveis causas, contudo, o que não entrávamos a fundo é como tratar isso. Ficávamos mais na identificação, pois tinham outros produtos, outras técnicas que, admito, eu não conhecia muito a fundo. Então nós ficávamos mais na identificação, na causa principal que é a manutenção. Uma manutenção periódica dos edifícios”*. Estas colocações denotam peculiaridades do processo de restauração e manutenção dos edifícios e bens materiais patrimoniais, algo que requer técnica e conhecimento da área. Tendo o professor de ter um amplo conhecimento dos materiais utilizados na construção para que assim fosse possível uma tentativa de restauração.

Já o docente B reforça estas considerações quando coloca que esta é uma *“disciplina eminentemente prática, é claro que tem toda a parte teórica que é passada para os alunos no sentido de apresentar para eles os problemas decorrentes da falta de manutenção das edificações mais antigas, - é vinculado ao patrimônio em relação ao bem material Imóvel, então... o enfoque é dado diretamente para o bem material imóvel e para o bem material, não se costuma trabalhar, neste caso, o “bem” imaterial. Então é uma disciplina técnica que precisa de conhecimentos de arquitetura e de Engenharia.”* Percebo com isso a faceta “material” do patrimônio, os cuidados para com a preservação e a manutenção de bens “imóveis”.

Neste sentido, o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos, na medida em que seus componentes são recontextualizados, retirados dos seus contextos originais, no passado ou no presente, e reclassificados nas categorias das ideologias culturais que informam as políticas oficiais de patrimônio. Sua integridade não é presente e positiva, mas uma integridade necessariamente perdida, situada numa dimensão distante no tempo ou no espaço. Os fragmentos que compõem são metonímias de uma totalidade temporal ou espacial longínqua: o passado, o futuro, a cultura brasileira, a identidade brasileira, a civilização, a tradição, a diversidade cultural, etc. Eles representam, ao mesmo tempo, continuidade e descontinuidade. Os ideólogos do patrimônio buscam resgatar essa continuidade por meio dos seus empreendimentos de identificação, colecionamento, restauração e preservação do patrimônio. Mas não obtém senão fragmentos. Sua tarefa é

interminável, pois o patrimônio como toda coleção, jamais se completará. (GONÇALVES, 2002, p. 106)

Com esta citação de Gonçalves percebo que, por mais que se preserve o patrimônio este, perderá ou reconstituirá em suas passagens temporais e em seus desgastes materiais, facetas de sua história e de sua materialidade. Com isso, preservar e manter o objeto enquanto sua aparência física não destitui a perda em termos sociais e culturais, muito embora certamente seja muito melhor manter um destes fatores do que deixar ambos se esvaírem. E infelizmente, na atualidade muito se tem perdido em termos de preservação da cultura local, da historicidade e principalmente a crença nos valores e na identidade dos Patrimônios da Cultura local.

Na disciplina, intitulada **DAU717 Projeto de Arquitetura VII**, temos em sua ementa o objetivo de “Conhecer e aplicar as variáveis pertinentes a atividade de projetar intervenções em edifícios e conjuntos de edificações contemplando reciclagem e/ou restauro” bem como unidades relativas a: 1- Aspectos conceituais; 2- Condicionantes; 3-Proposta; 4- Instalações e equipamentos e 5- Programação visual. Há nesta estrutura, um interesse e um direcionamento para o desenvolvimento de projetos, propostas em relação ao bem material e, neste sentido, de acordo com o docente A *“nós começávamos com o levantamento de uma edificação mais antiga, nas últimas vezes a gente estava pegando coisas mais próximas da nossa época, para quebrar a idéia que o aluno tem de que patrimônio é antiguidade. Uma edificação da década de 80-70, já precisa ser restaurada, reformada. Então é neste sentido que a gente está procurando pegar edifícios mais modernos, mais próximos a nós”*. E, a partir deste delineamento do imóvel os alunos fazem todo um levantamento arquitetônico, paisagístico, da fachada, das lesões, *“eles tem que compreender como funciona cada elemento. Assim, se demolir a casa com o levantamento seria possível reconstruir.”* (docente A). É neste momento então, que, segundo o docente B *“a gente vai trabalhar acerca do patrimônio, do bem material imóvel, e os alunos recebem uma sugestão de um imóvel que não necessariamente seja tombado, mas que tenha um valor referencial importante.”* Presencio aqui, novamente, a questão de adentrar a bens patrimoniais recentes que, mesmo não tendo seu tombamento, apresentam valor histórico e cultural para

determinado local. Algo que reforça e amplia o contingente de atuação e intervenção na área do Patrimônio Cultural. Retomo então a situação da valorização estar diretamente relacionada com os interesses da sociedade e, neste sentido, os bens atuais passam a fazer parte deste contingente patrimonial.

A quarta disciplina é **JUR531 Estudos Sociais e Ambientais II- Direito e Política**. Por ser uma disciplina ministrada por docentes de outro Centro de estudos e estar constantemente mudando de professor, não foi possível, em um primeiro momento, a realização da entrevista, contudo, pude destacar que em sua ementa temos unidades referentes a: 1- o meio ambiente na construção; 2- Política urbana e ambiental. Temáticas estas que perpassam nas discussões realizadas nas disciplinas de Urbanismo e de Planejamento. Disciplinas estas que como nos coloca o docente D *“o patrimônio cultural é abordado desde o patrimônio físico, o patrimônio físico eu digo desde a arquitetura, os objetos arquitetônicos de uma determinada área que está sendo estudada, os espaços livres, abertos, os monumentos. E o enfoque dado, é sempre do ponto de vista da preservação, da importância de se manter a história, de se manter determinados referenciais.”* E destaco ainda o trabalho com a história, com a cultura imaterial destes espaços.

Ao retomar esta abordagem de cada disciplina vejo que há uma iniciativa de

romper com o senso comum que define o patrimônio como uma coleção estática de objetos, documentos e edificações. Agrega-se uma nova contribuição para o entendimento dos sentidos da construção das imagens patrimoniais, condizentes com orientações culturais, historiográficas, artísticas e políticas dos períodos analisados (KERSTEN, 2000, p. 16)

Apresento, a partir de uma análise descritiva destas disciplinas, um percurso em vários setores, que de diferentes maneiras abordam o Patrimônio Cultural aprofundando em suas especificidades. Contudo, a percepção do patrimônio ser mais que um objeto de identificação com uma cultura já alicerça vem tomando novos rumos que se voltam para novos olhares para o entorno destes patrimônios. Olhares que perfazem o cultural, o histórico, o artístico e o político.

Não pretendo finalizar, mas sim ampliar a discussão, reportando-me à **Aproximação do contexto social, cultural, arquitetônico, histórico e político do**

local. Pontos referentes à história e a busca de um entendimento do local antes da atuação e/ou intervenção sobre este. Isso, pois se percebe que “durante muito tempo, o conceito de patrimônio arquitetônico esteve atrelado ao monumento como peça única e isolada, não levando em consideração seu entorno imediato e sua inserção em um conjunto histórico” (Secretaria do Patrimônio Histórico, UFRGS, 2007, p. 17). Neste sentido, verifico um aspecto histórico muito forte que hoje começa a ser modificado e valorizado. Desta forma, “os acadêmicos fazem o levantamento histórico, a ficha cadastral, fotos, fazem um álbum e depois fazem uma intervenção. Alguns trabalham com restauro puro, mas é muito difícil, geralmente a gente trabalha mudando o uso, transformando. Pegamos uma residência antiga e transformamos em loja, restaurante, biblioteca, enfim. Porque eles sempre têm que construir uma coisa “nova”. Ampliar esta construção para ver como este novo vai ‘casar’ com o antigo. E eles vão escolher também a linha, se é contraposição, se é releitura. É óbvio que todos ficam na contraposição, fazendo então projeto em cima do levantamento. Ai eles vão propor nos detalhes construtivos, é a união do antigo com o novo onde se tem um memorial explicativo do porque, no que eles se basearam, se foi na história, no estilo, na época.” (docente A). Ou seja, há todo um diagnóstico feito anteriormente à ação do arquiteto no local, conforme as intervenções a serem realizadas necessitam de toda uma estrutura e de todo um conhecimento prévio do local. É preciso, segundo o docente B, de “uma equipe multidisciplinar, mas é o trabalho do arquiteto que será o parâmetro para gerenciar, porque no caso de um patrimônio material imóvel, dentro deste prédio existe toda uma história que a gente precisa estudar ou que o historiador precisa transmitir-nos [...] o que aconteceu para que assim nós possamos pensar em cima, enquanto materializar uma requalificação para este bem.” Esta equipe multidisciplinar envolve estudos referentes à Antropologia, às Artes, à Arquitetura, à História, às Ciências sociais. Todos estes campos podem “vir a construir um novo campo intelectual, reforçando identidades comuns das diferentes disciplinas que nele se integram” (KERSTEN, 2000, p. 27), aprofundando e rearticulando o conceito relativo à Patrimônio Cultural.

Há, além disso, no enfoque dado pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM, toda uma preocupação em que estes bens sejam reconfigurados na direção

de um enfoque social. *“Então se transforma em uma escola, em uma pousada temática, se transformam em uma associação, em uma agremiação”* (Docente B).

Todavia, podemos adentrar a importância cultural destes bens, mesmo que a primeira vista não sejam, ou não tenham valor para serem tombados, mas naquela determinada localidade, para as pessoas que convivem com aquele ambiente, sua transformação precede algumas explicações. Isso, pois *“qualquer que seja a estrutura, seja um banheiro público em uma praça, a comunidade vai sentir a presença e a interferência naquele espaço enquanto história da localidade. Pois se está modificando diretamente o ambiente”* (docente C). Não somente as transformações físicas do objeto ou do bem em questão, mas *“as próprias trocas de nomes que expressam relações de poder, este conhecimento é fundamental para que as pessoas respeitem aquele espaço. Então há aquela situação bem corriqueira, que tudo aquilo que a gente conhece nós amamos. Assim, não amamos o que não conhecemos, e isso é de grande reflexo no espaço urbano. Se a gente conhece, se a comunidade sabe por que aquela praça surgiu, como ela se formou, terá este cuidado, em não largar ponta de cigarro no chão, em não pichar, até em fazer o controle, chamar a atenção. Então esta questão do patrimônio está tão enraizada nisso que fica difícil se dissociar da relação com os acontecimentos sociais [...] na verdade se reconhece que as estruturas físicas de um determinado espaço são o reflexo da sociedade, daquilo que a sociedade tem naquele momento, seja na cultura, na tecnologia.”* (docente D). Dessa forma, a mudança em qualquer que seja o sentido, seja na nomenclatura, seja na estrutura, seja na função, requer e necessita de um aprofundamento na estrutura histórica a fim de que os precedentes do local não sejam esquecidos e retalhados conforme as idéias de qualquer cidadão. Isso pois,

A noção de patrimônio assenta-se numa versão de História que se pretende consensual pela sua capacidade de se reportar a fatos que realmente aconteceram, transformando-se em marcos que se impõe ao presente. Estes marcos, pinçados no tempo e no espaço, instauram uma temporalidade que organiza a história tal como contada. O determinado fato ou tema, recuperando velhos avatares perdidos na tradição. Assim objetos revestidos de novas significações e imortalidade parecem ganhar vida, personificando relações humanas (KERSTEN, 2000, p. 28).

É nesta ênfase realizada pela autora que entendo que há a efetiva necessidade de uma preservação e de um cuidado significativo com as alterações locais, não que estas nunca devam acontecer, mas sim que sejam efetivados estudos preliminares para que estas modificações possibilitem ao Patrimônio Cultural ganhar vida e personificar as relações entre as pessoas.

É com isso então, que submersos neste contexto histórico e cultural, nossos patrimônios vem se ampliando e tomando diferentes dimensões na formação do arquiteto algo que certamente sofre a **influência da identidade profissional do professor nos estudos dos acadêmicos**. Situação esta que há muito é discutida em meio ao sistema educacional onde o professor/mestre é tomado como exemplo de saber e de aquisição de conhecimento. Fomos, em nossa formação escolar, influenciados diretamente por alguns professores, lembramos de alguns, por seu saber, por sua metodologia e esquecemo-nos de tantos outros. Por vezes, são estes professores do ensino Fundamental/Médio que nos incentivam ou nos influenciam em nossas escolhas futuras. E o mesmo acontece no Ensino Superior. As idéias e a forma como os professores ministram suas aulas, a relação que estes têm com o conteúdo é perceptível e instiga, a alguns de nós, seguir os mesmos passos. Como coloca o docente C: *“O pessoal gostava, tinha uma repercussão boa. O que eu noto é que atualmente está diminuindo. Eu pessoalmente, eu praticamente larguei a questão do patrimônio, eu estou mais na área de patologia.”* Na continuidade e na concordância com esta constatação, o docente A nos coloca que *“existe uma falta de professores nesta parte de patrimônio, de trabalhar mais a pesquisa e extensão na valorização do patrimônio da cidade. E aí vai também à questão do interesse do aluno, pois quanto mais tu trabalhas em uma temática, mais aparece. Por que está sendo trabalhado tanto o paisagismo? Porque o professor da disciplina enfatiza muito esta questão. Então começaram a aparecer nos TFG’s muitos projetos de planejamento, com o paisagismo, o arquitetônico com o paisagismo. Algo que acontecia com o patrimônio quando nós enfocávamos mais, algo que a gente pode tentar oferecer, estas questões de ensino, pesquisa e extensão e DCG’s para ver se vai gerar projetos de patrimônio novamente”*.

Esta situação relatada por estes docentes pode ser constatada na listagem dos Trabalhos Finais de Graduação (TFG’s) do curso de Arquitetura e Urbanismo onde, analisando os trabalhos realizados de 2004 a 2008 temos que, em: 2004:

foram realizados 5 TFG's referentes ao patrimônio; 2005: 1 TFG; 2006: 2 TFG's; 2007 e 2008 com apenas um trabalho por ano. A partir destes dados, verifica-se que a temática apresenta-se com um significativo declínio de interesse dos acadêmicos. Algo que toma proporções preocupantes tendo em vista a importância e a abrangência do tema.

Sendo assim, esta situação, conforme o colocado acima advém de um declínio na ênfase dada pelos professores na temática além de, como aborda o docente B *“na realidade são dois projetos que tu fazes. Um é todo o levantamento de como está o bem, então tu diagnostica a presença de uma rachadura, de uma umidade e tu tens que ir lá medir. Tu tens que ver se esta rachadura com o tempo ela aumenta, se ela está estagnada. Então, realmente precisa ter esta identificação, a pessoa tem que gostar disso. É diferente de tu pegares um terreno completamente virgem. Embora ele seja pré-existente e ter outras coisas ao redor, mas tu pensas o que tu quiseres”*. Percebe-se além do declínio da ênfase da temática, a intensidade de trabalho a ser desencadeado para a pesquisa na área. Algo que a muitos assusta e desestimula.

O que me reporte até agora se refere a questões relativas ao Patrimônio Cultural material, algo que, no campo arquitetônico apresenta-se como objeto de estudo. Perpassando por toda uma constituição histórica, os profissionais da Arquitetura e Urbanismo apresentam em seus conteúdos e em suas ações preocupações relativas ao material, o bem enquanto objeto. Algo que não justifica, mas deixa nas entrelinhas o estudo em menor escala dos bens imateriais. É neste sentido então que, ao buscar relação do **material e o imaterial na formação do arquiteto**, verifico que, embora se reconheça sua existência e sua importância, muito pouco é discutido e abordado durante as disciplinas e as atividades do curso. Como nos coloca o docente B, ao falar da pouca discussão em relação ao imaterial *“até porque é um assunto que nós não iremos trabalhar com este enfoque, até porque tem outras habilitações com capacidades maiores, o pessoal das Artes Plásticas, do próprio Arquivo, da História, então a gente evita porque pensando assim, no momento de trabalhar o patrimônio ou uma requalificação de um edifício não é só o trabalho do arquiteto que vai aparecer.”*

Há novamente a situação de um trabalho multidisciplinar em que as diferentes áreas se agrupam a fim de realizar uma intervenção/reestruturação, muito embora

se reconheça a importância e a falta que este faz na atuação do Arquiteto e Urbanista, pois segundo o professor A *“Quanto à visão acerca do material e imaterial na formação do arquiteto, é básico, pois mesmo se ele diz assim: eu não gosto de patrimônio, mas ele vai trabalhar com reforma, com uma casa de 10-20 anos atrás, como a casa que eu estou reformando agora [...] Então, mesmo que não se trabalhe com patrimônio, todos os elementos, os conceitos, eles são importantes na hora de fazer uma reforma. A pessoa tem que seguir, queira ela ou não, os preceitos, fazendo uma “raspagem” para ver as cores, ou pode mudar completamente, mas mesmo mudando completamente vai tentar ver as linhas, o entorno, o bairro para assim poder adequar. Então é uma coisa muito intuitiva, e eu acho que a gente tem enfatizado muito isso nas disciplinas de patrimônio, pois eles vão acabar usando no resto da vida profissional. Então ela é importante na formação do arquiteto, seja teoria ou prática.”*

A partir desta colocação, constato que muito embora não se tenha um tópico específico em uma disciplina, a questão do imaterial permeia variados pontos da formação do arquiteto e urbanista. Isso se torna algo imprescindível tendo em vista que

a história é manipulada diferentemente, em diferentes momentos, visando à preservação. A referência a grupos étnicos, determinadas características que ora são ressaltadas, ora obscurecidas, documentos e testemunhos encontrados que justificam ou reordenam fatos e situações em momentos e mesmo feitos heróicos; emprestam fidedignidade à narrativa, são um reforço da realidade social (KERSTEN, 2000, p. 51).

Na atuação do profissional Arquiteto e Urbanista, o conhecimento da história oficial e da história oculta torna-se de fundamental importância, é neste sentido então que o docente D nos situa colocando que *“A arquitetura que hoje nós chamamos Arquiteto e Urbanista, nos garantiu, pelo menos por enquanto, a necessidade, a importância de que o Arquiteto e o Urbanista sejam um mesmo profissional que trabalhe tanto a arquitetura como o espaço urbano. Então este entendimento de que o arquiteto organiza o espaço passa a ser o arquiteto e urbanista tem como função primordial: organizar o espaço. No entanto, o que é o espaço senão o lugar onde as coisas acontecem. Estas coisas que acontecem são digamos assim, o reflexo de uma sociedade. Então, se a gente tem como*

pressuposto que o espaço, seja ele arquitetônico, urbano, é um reflexo desta cultura, desta tecnologia, destes valores, desta sociedade, a gente não tem como estudar a arquitetura e o urbanismo ou fazer arquitetura e urbanismo se a gente não entender como funciona esta cultura, que cultura é esta, como esta cultura se transformou durante os tempos [...] Eu pelo menos não consigo fazer esta separação entre o patrimônio material e o imaterial, não se tem como estudar um e esquecer o outro. É claro que as vezes a gente tem que se ater a um deles, se ater a determinados aspectos para poder estudar com mais profundidade e entender realmente o processo, mas a gente não pode também esquecer do todo, de tratar este patrimônio como um todo.”

Este olhar para o patrimônio imaterial reforça a existência e a inferência dos valores da sociedade nos bens e na estrutura material. E neste sentido então, a impossibilidade de desvinculação de ambos.

Com estes imbricamentos nas atividades curriculares do curso, pude evidenciar constatações semelhantes no olhar para as **atividades extracurriculares de incentivo a participação e aprendizado do acadêmico** onde, na fala de todos os docentes pesquisados apresenta-se um caráter de “saudosismo” das atividades e projetos de pesquisa e extensão que ora apresenta-se com pequenas incidências. Esta constatação pode ser evidenciada com falas como a do docente C “*Não participo, mas já participei em projetos em disciplinas. Uma vez fomos fazer um projeto de restauro em uma casa em Ivorá, não tinha um tombamento, mas tinha toda uma historia que se queria preservar, fomos em um grupo de alunos e fizemos alguns reparos no telhado,... enfim.*”



Imagem 04-Igreja da Pompéia em Silveira Martins/RS- Disponível em:

WWW.panoramio.com/photo/26065326

“Outra experiência que foi em uma disciplina foi uma visita à Pompéia, em Silveira Martins, foi num dia com muita chuva, mas os alunos gostaram e foi a partir desta prática que naquele ano surgiram alguns TFG’s nesta temática” ou como relata o docente D *“Nós trabalhamos em um projeto de extensão que produziu o processo de projetos para a reforma da igreja Santa Catarina no bairro Itararé que foi um projeto que basicamente trabalhou com a questão do Patrimônio Cultural.”*



Imagem 05- Igreja Santa Catarina no Bairro Itararé/Santa Maria-RS, antes da reforma.

Disponível em: metodismorgs.webs.com/igrejascentenrias.htm

“Então dentro do projeto trabalhamos questões de valores. Tinham muitos desenhos, pinturas que com o tempo foram sendo pintadas, foram sendo tapadas, encobertas e inclusive a gente tinha a idéia de que alguma coisa pudesse ser resgatada. Mas chegou a um determinado momento em que se percebeu que isso estava muito difícil, de se recuperar o que tinha por baixo, o custo também era muito elevado.”



Imagem 06- Reitoria da UFSM – Disponível em: www.panoramio.com/photo/7601280

Há sim projetos sendo realizados como ressalta o docente B ao nos colocar que *“tem um projeto de pesquisa que é Edifícios notáveis do campus da UFSM. E que são um conjunto de 10 edifícios que nós gostaríamos que no Plano diretor, que estes prédios, pudessem ser, se não tombados, mas notabilizados. Então, o que a gente está fazendo é o resgate da memória destas construções, foram construídas na década de 60. Tem muita gente que está na ativa, ou está inativo, mas que participou da construção. Recorremos ao professor Luiz Gonzaga Binatto de Almeida que foi professor aqui do campus e que participou, não digo da construção, mas ele estava aqui quando estava acontecendo. Ele é um homem muito erudito, com bom conhecimento, então a gente fez uma entrevista com ele, também o engenheiro José Basílio que era funcionário da universidade, então ele sim participou da construção, da execução dos prédios e fizemos uma entrevista com ele e com o arquiteto Brenner, a gente chamou ele, que foi um dos fundadores do nosso curso e também conversamos com ele. Tudo isso a gente gravou, não chegamos a*

fazer a edição ainda destas entrevistas, foram duas alunas aqui da arquitetura que fizeram as entrevistas.

Então, a partir disso, a gente foi no arquivo da universidade para resgatar o conjunto de plantas, os originais e já o levantamento, o conjunto de fotografias. Porque a nossa idéia é colocar tudo em um CD-ROM e disponibilizar. Eu tenho um grupo de alunos de uma cidade que quer conhecer a UFSM, então os professores levam o CD e com ele passam a conhecer o patrimônio e o porquê daqueles prédios. Porque são aqueles prédios que nós entendemos como notáveis, como mais importantes e que são esses que a gente tem que ter um olhar mais cuidadoso e, a partir disso a gente está pensando em colocar umas placas da memória nestes edifícios, identificando a data da construção, quem fez o projeto, enfim. A gente não percebe, mas vem muita gente de fora, para conhecer ou para estudar, para ver se [se] identifica, se vem pra cá ou não. Então a gente vai procurar fazer isso neste projeto.



Imagem 07- Vila Belga- Santa Maria/RS- Disponível em: santamaria.redecidades.net/turismo.php



Imagem 08- Vila Belga- Santa Maria/RS - Disponível em: santamaria.redecidades.net/turismo.php

E a extensão, a gente tem feito um trabalho na Vila Belga; na cidade tem um casarão que funciona a Associação dos Jovens empresários de Santa Maria, que é na Rua Ângelo Uglione, um pouco acima do Cinema Glória, tem uma edificação que foi projeto aqui do curso, eu não sei te dizer se foi executado, 100% ou se 50% mas o que eu sei é que foi projeto aqui do curso, eu não participei, pois foi no período em que eu não estava aqui, que eu saí e não fazia parte do corpo docente ainda.”

Constatei aqui que há um declínio do que há alguns anos atrás era trabalhado em âmbito de Patrimônio Cultural, contudo, pude averiguar que há projetos significativos e abrangentes na área. O que se necessita, como coloca o docente D, é fazer com que haja uma conscientização do valor destes bens patrimoniais, onde o tombamento não seja a única forma de que esta valorização se estabeleça, pois como D nos alerta, *“Ele é bom, mas é como se ele fosse a última instância, então não tem mais recurso, a pessoa vai botar abaixo, então vamos tomar, mas se todos tivessem consciência da importância e do valor agregado a este imóvel, a esta cultura, não precisaria tomar nada”.*

Neste sentido, o conhecer a história e a cultura tornam-se pontos cruciais para a valorização dos Patrimônios.

3 PERCEPÇÃO DA ATUAL SITUAÇÃO DAS QUESTÕES PATRIMONIAIS ALAVANCADAS PELO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO NA UFSM E NA COMUNIDADE SANTA MARIENSE



Imagem 09 - Colégio Estadual Manuel Ribas

Disponível em: assisbrasil.org/joao/maneco.htm

Ao constatar esta situação, percebo que o curso de Arquitetura e Urbanismo assim como os demais cursos de graduação da UFSM apresentam constantemente preocupações referentes ao momento em que a sociedade se encontra. Mesmo que não diretamente articulado a uma disciplina específica ou a tópicos relativos, o patrimônio imaterial, que ora vem ganhando espaço na sociedade passa a ser abordado no percorrer das disciplinas do referido curso. Como nos coloca o docente D, o material e o imaterial apresentam-se indissociáveis, a separação destes é inconcebível, tendo em vista que o material por si só já apresenta uma história e é neste momento de articulação do “não visível” que entra o imaterial.

No curso de Arquitetura e Urbanismo temos este viés, permeando em variadas abordagens. Percebi nas falas dos professores entrevistados que em inúmeras situações a questão do Patrimônio Cultural apresenta-se emergente. Nos estudos referentes ao projeto arquitetônico e ao planejamento urbano, preocupando-se com a harmonia e a articulação das linguagens arquitetônicas presentes, situação que se dá também na disciplina de projetos e de paisagismo onde a interação do espaço torna-se ponto de destaque e investigação na preparação do projeto a ser executado.

A preocupação constante em articular bem patrimonial a um processo de socialização, de integração de serviços para a comunidade proporcionando assim o uso do Patrimônio Cultural e não apenas seu tombamento e sua desocupação. Algo que acontece em alguns momentos na cidade de Santa Maria e nos projetos articulados pelos acadêmicos do curso onde a preocupação em fazer com que o patrimônio seja “algo vivo”, interativo e participativo do processo de desenvolvimento social, sem se desarticular de seu papel enquanto bem material e imaterial da sociedade/humanidade. Muito embora, como foi assinalado pelos docentes do curso, haja uma significativa diminuição das preocupações com o interesse patrimonial, constatei que os projetos e a participação dos docentes deste curso, em assuntos relativos à temática, são bem significativos para a cidade de Santa Maria e seus arredores.

Intervenções e projetos de restauro em Patrimônios Culturais locais demonstram o interesse destes profissionais, bem como a luta pela articulação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC) que há anos vem desenvolvendo suas atividades de preservação e tombamento dos bens

patrimoniais, enfrentando dificuldades de uma valorização e de uma efetiva consubstanciação dos integrantes que, em sua participação voluntária lutam pela manutenção e valorização do patrimônio local Santamariense. Este conselho, como já colocado, se configura com profissionais de várias áreas deliberando assim um processo de diversificação e multiplicidade de interesses o que torna o processo de tombamento algo mais rico e efetivo. E agora, em 2010, mais especificamente com a nova diretoria, a iniciativa de ações efetivas na comunidade Santamariense proporcionando a essa todo um processo de Educação Patrimonial.

No âmbito específico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, há nas pesquisas, projetos, desenvolvimento de disciplinas, teorizações e práticas acerca do patrimônio, fazendo assim com que este curso, juntamente com outros cursos da UFSM delineiem este processo de valorização do Patrimônio Cultural na cidade de Santa Maria. E, certamente, o curso de Pós-Graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural vem fazer com que esta preocupação, que até o ano de 2008 apresentava-se isolada em alguns cursos, se fortifique em uma articulação interdisciplinar que abarca alguns cursos que apresentam relações com o processo de valorização dos bens patrimoniais. Algo eminentemente importante, para que assim se possa estabelecer um papel informativo e formativo dos cidadãos tendo em vista que esta situação foi a muito salientada por Rodrigo Melo Franco de Andrade quando nos coloca que

O fator principal no processo de desaparecimento do patrimônio histórico e artístico nacional é a “indiferença da população” em relação à importância da defesa e preservação desse patrimônio. Indiferença, segundo ele, partilhada não apenas “...pelas massas pouco esclarecidas da população brasileira...”, mas, igualmente, pelas “... classes mais favorecidas e que se pressupõe cultas” (ANDRADE, 1987, p.182). Associada a esse diagnóstico está evidentemente, a ênfase presente no discursos de Rodrigo na tarefa de “educar” a população a respeito dos valores representados pelo patrimônio nacional. (GONÇALVES, 2002, p. 93.)

A importância do ensino da população e a exteriorização dos projetos de pesquisa e extensão realizados nas Universidades e em especial na UFSM proporcionariam esta ampliação do conhecimento e, certamente teríamos uma população com olhos mais preocupados com a questão do Patrimônio Cultural local. Pois,

Entende-se que a produção cultural implica comunicação e troca. A comunicação humana cria um universo comum do entendimento do mundo entre seus membros. A divulgação permite a troca de experiências, de idéias e de crenças, funcionando com um aumento social, fazendo com que cada ser se sinta parte de um grupo e se identifique com os demais. O problema desse processo gira entorno da apropriação cultural e desvalorização da produção de seu próprio grupo. (HAIGERT, 2006, p.162)

Esta comunicação colocada por Haigert adentra o processo de divulgação do material produzido e pesquisado em nossa instituição, pois como verifiquei na fala de um dos colaboradores da pesquisa, só podemos tomar posicionamento acerca de algo que conhecemos, com isso, a população preservará e valorizará algo que conhece e com o qual se identifica.

Situação esta que, creio estar acontecendo em nossa instituição, de forma lenta, mas que já apresentam projetos de ações a fim de recuperar temática antes esquecidas ou relegadas em meio às transformações e modificações da sociedade contemporânea. Isso pode ser evidenciado na conversa informal com um dos professores que participaram desta pesquisa, em um momento posterior, onde averigüei que, a partir da nova direção do COMPHIC – 2010, ações estão sendo pensadas no intuito de fazer a comunidade se sentir parte da história e do patrimônio Cultural existente em Santa Maria. Estas ações envolvem a divulgação da história dos edifícios históricos, das praças, dos monumentos a partir de um folheto/revista a ser distribuído gratuitamente para as escolas e para a comunidade. Além disso, serão feitas enquetes nos jornais, possibilitando a participação e a votação dos cidadãos em situações referentes ao tombamento de bens patrimoniais. Serão feitas também divulgações e reportagens referentes à temática do Patrimônio nos canais de Rádio e Televisão da cidade.

Estas ações adentram a um processo de Educação Patrimonial, o qual proporcionará ao cidadão uma aproximação e um maior conhecimento do ambiente Histórico e Cultura de Santa Maria. Possibilitando com isso uma interação da Universidade com a Escola, com os professores, com os pais e alunos, enfim... com um número representativo de sujeitos que poderão ter acesso aos dados e a histórias de Santa Maria, alavancando a idéia de que somente a partir do conhecimento será possível tomar posicionamento e realizar algum tipo de ação.

Estas informações formam muito importante no âmbito desta pesquisa no momento em que se têm iniciativas que se direcionam para uma retomada da valorização da cultura local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Imagem 10- Vila Belga em Santa Maria

Disponível em: santamaria.redecidades.net/turismo.php

Neste estudo, foi possível estabelecer apontamentos acerca de como alguns cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria/RS, em especial, o curso de Arquitetura e Urbanismo, vêm trabalhando com a valorização do Patrimônio Cultural. A partir de um resgate histórico acerca das legislações e da história da constituição da cidade de Santa Maria e da Universidade Federal de Santa Maria, comecei então a adentrar na especificidade dos cursos desta instituição.

Em um olhar mais abrangente, apreendi um número significativo de cursos que abordam, em suas ementas, a questão do Patrimônio Cultural²⁴, muito embora saibamos que o que se tem enquanto conteúdo programático nem sempre é desenvolvido tal como é apresentado nas mesmas. E ainda, se apresentado, não se sabe qual o enfoque e o direcionamento. Contudo, o que se pretendia observar a partir deste olhar foi significativo e, certamente merecedor de um aprofundamento em estudos futuros.

No entanto, ao olhar para os cursos que perfazem o mestrado Profissionalizante em Patrimônio cultural, já se tem um diagnóstico diferente tendo em vista o aprofundamento da temática abordado por estes. No curso de História e Arquivologia, torna-se difícil elencar as disciplinas que trabalham ou não com a temática do Patrimônio Cultural, pois todas apresentam em algum momento abordagens referentes a este. Já o curso de Engenharia Civil, muito embora não tenha uma disciplina específica, abarca todo o processo de construção do imóvel e em nossa instituição encontra-se como um grande referencial, tendo em vista que foi da Engenharia Civil que se desenvolveu a Especialização e hoje o atual mestrado profissionalizante em Patrimônio Cultural.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo, foco de nosso estudo, por referendar e apresentar um histórico significativo no processo de construção das legislações e consolidação da valorização do patrimônio histórico apresenta alguns pontos que foram destacados e aprofundados neste texto. As construções arquitetônicas foram e são ainda hoje o grande referencial do Patrimônio Cultural da humanidade. Durante muito tempo a valorização do 'material', da construção se bastava por si só,

²⁴ No presente estudo não foi feita nenhuma análise a fim de verificar se estas disciplinas trabalham ou não a temática do Patrimônio.

em estudos recentes, o contexto, a relação desta estrutura material com a história, com o entorno, com o 'imaterial', começa a ser articulado como foco de estudo.

Na UFSM, o curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta algumas disciplinas específicas que trabalham diretamente com a questão do patrimônio e com mais ênfase com o patrimônio material. No entanto, o que se percebeu durante as falas com os colaboradores da pesquisa, é que, embora não haja uma apresentação formal do imaterial, este permeia de alguma forma a formação do arquiteto e urbanista. Com uma preocupação social, o referido curso vem realizando ações de restauro e estudos que propiciam ao acadêmico e ao contexto local um interesse e uma apropriação maior dos bens que tem ao seu redor.

Contudo, apesar destas articulações, há certo declínio do interesse pela temática ao observar os TFG's e também nas falas dos colaboradores. Algo que se determina devido às dificuldades referentes a um estudo com o patrimônio e principalmente, pelas divergências entre o que é, e qual o enfoque com que é visto este patrimônio. Isso pode ser percebido claramente nas falas onde se percebe uma distinção de posicionamentos e percepções acerca de como é e de como tem de ser enfocada a preservação do Patrimônio Cultural.

Creio que esta distinção de posicionamentos é frutífera e propicia ao acadêmico um olhar polivalente em relação à temática, tendo possibilidades variadas de se identificar e atuar.

Acredito que, a partir deste estudo pude ter um olhar acerca de como vem sendo trabalhado, pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM, a questão do Patrimônio Cultural em nossa cidade. Contudo, o que se percebe e o que é de suma importância é que estes estudos e estas pesquisas estejam e passem a ser mais presentes em meio à sociedade, pois apesar de já terem se passado alguns anos, compartilho das palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade quando nos coloca que um dos grandes fatores da desvalorização do Patrimônio Cultural é a "indiferença da população". Algo que poderia ter sido mudado se tivesse o costume e o hábito de divulgar o material produzido nas nossas universidades. Situação que passa a ser pensada e trabalhada no âmbito no ano de 2010 na coordenação COMPHIC onde projetos de ações de Educação Patrimonial começam a ser pensados e trabalhados no intuito de realizar esta efetiva participação,

conhecimento e interesse da comunidade para com os bens patrimoniais da localidade de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Gonzaga Binatto de. **Ofício IPREMEC/037.88**. Santa Maria, 1988.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARGAN, Giulio Carlos. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ática, 2004.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797/1933**. 3ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1989.

BISOGNIN, Edir Lúcia. A arte Santamariense no final do século XIX e início do século XX e seu movimento dialético. **Rev. Centro de Artes e Letras**, 7(1-2): 45-96 Jan/dez 1985.

BISOGNIN, Edir Lúcia; FOLETTTO, Vani (org). **Apontamentos sobre a História da Arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Palotti, 2008.

BRANCO, Patrícia Martins Castelo. Compreensão e Valorização Patrimonial: Legislação, Turismo e Educação. **Anais**. Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

CASTRO, Sonia Rabello. **O Estado na preservação de bens Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CASTRO, Maria Laura Viveiro de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Liberdade: Editora UNESp, 2001.

CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem**. Jorge ZAHAR editor, Rio de Janeiro, 2004.

FOLETTTO, Vani. **O Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria, seus objetivos e atividades desenvolvidas ao longo dos seus quatro anos de existência**. Revista Apreciando nº 19, Santa Maria, dezembro de 2007. Pág. 14 a 19.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

HAIGERT, Cythia. Patrimônio Cultural: interagindo com a comunidade. In MILDNER, Saul E. S. (Org.). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria, Pallotti, 2006.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História: Bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

LEWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidades patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparada entre o Brasil e os Estados Unidos. In LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Márcia (Orgs). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia, Alternativa; 2006.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. **A Pedagogia em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Arlindo. **A Ilusão especular: introdução à fotografia**. São Paulo: Editora brasiliense S.A, 1984.

MAGALHÃES. Aloísio. **E TRIUNFO?** A questão dos bens culturais no Brasil. Brasília: Editora Nova Fronteira, 1985.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MEC-SPHAN. **Preservação e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória**. Brasília: Coordenadoria Editorial da Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

RECHIA, Aristilda. **Santa Maria: Panorama Histórico cultural**. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 1999.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SZYMANSKY, Heloysa. (Org.). **A entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

Universidade Federal de Santa Maria. Departamento de Arquivos Gerais. **Justificativa da criação do Centro de Memória de Santa Maria e Região**. Santa Maria, s/d.

Universidade Federal de Santa Maria. Departamento de Arquivos Gerais. **Algumas atribuições do Diretor, Vice-Diretor e Colegiado do Instituto**. Santa Maria, s/d.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação/coordenação técnica de Rogério Pinto Dias de Oliveira- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.**

REFERENCIAS DIGITAIS

BARICHELO, Eugênia. **Breve histórico da instituição.** 2001. Disponível em: <http://www.ufsm.br/>. Acesso em: 23 de setembro de 2008.

BRASIL. CONARQ. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.** Disponível em:< <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 26 de setembro de 2008.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil,** 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 14 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil,** 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 14 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Decreto 22.928 de 1933.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122>> Acesso em: 19 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Decreto lei nº 25 de 1937.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>> Acesso em: 11 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Decreto 66.967 de 27 de julho de 1970.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>> Acesso em: 21 de dezembro de 2009.

CERRI, Rosilene; GONÇALVES, Yanci-Ara Froner. **A Preservação Cultural no Contexto Nacional: o IPHAN.** Disponível em: moyarte.sites.uol.com.br/bibliografia_patrimonio.html . Acesso em: 17 de março de 2010

IPHAN. **Patrimônio cultural.** Apresenta a subdivisão de Patrimônio, 2005. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 06 de setembro de 2008.

SANTA MARIA, **Lei Municipal 3.999, de 24 de setembro de 1996.** Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/index.php?option=com_ano&Itemid=75&ano=96>. Acesso em: 17 de setembro de 2008.

Universidade Federal de Santa Maria. Departamento de Arquivos Gerais. **Histórico do Departamento de Arquivos Gerais.** Disponível em: < <http://www.ufsm.br/dag>>. Acesso em: 26 de setembro de 2008.

Universidade Federal de Santa Maria. **Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Santa Maria/2001.** Disponível em: < www.ufsm.com.br>. Acesso em: 17 de setembro de 2008.

Universidade Federal de Santa Maria. **Projeto Político Pedagógico do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural,** 2006. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/ppgppc/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2009.

Universidade Federal de Santa Maria. **Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo 2004.** Disponível em: < www.ufsm.com.br>. Acesso em: 17 de setembro de 2008.

ANEXOS

ANEXO 01: Listagem dos Trabalhos Finais de Graduação- TFG's

Disponível em: Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo - UFSM

10ª. TURMA - 1ºSemestre de 2004

1.	Alexsandra Dotto Machado	Museu de Arte de Santa Maria – MASM
2.	Carliza Rosso de Moraes	Centro Municipal de Cultura de Alegrete
3.	Cátia Tatiana Kochemborger Moura	SESC Cachoeira do Sul
4.	Cibebe Sangoi Klüsener	Edificação de Uso Múltiplo – Espaço Global
5.	Leticia Kaiser de Souza	Albergue da Juventude
6.	Mônica Rodrigues	Indústria Gráfica
7.	Paola Mezomo Neubauer	Escola de Vôo Livre
8.	Tádea Bekueristain de Freitas	Reintegração da Área de Oficinas do Km 3 na Malha Urbana
9.	Viviane Winter	Centro Oftalmológico
10.	Ana Paula Fonseca de Barros	Fábrica de Móveis
11.	Bianca de Cássia L. Munaretto	SPA Holístico Nadi
12.	Caren Michels	Complexo de Desportos Aquáticos
13.	Carla Luiza Schons	Núcleo Habitacional de Inserção de Aposentados
14.	Cristina Gorski Trevisan	Curso de Imagem e Som
15.	Daniela de Souza Desconzi	Pousada Bom Conselho – Intervenção
16.	Ewerton das Dolores Ruiz Amorin	Centro de Reabilitação
17.	Flávia Siqueira Fiorin	Intervenção urbana no Bairro do Passo – São Borja – RS
18.	Izabele Colusso	Centro de Planejamento Urbano e Regional – Santa Maria, RS
19.	Janaina Bellini Fernandes	Revitalização da Fiat
20.	João Paulo Schwerz	Requalificação Urbana da Zona dos Engenhos
21.	Luiz Eduardo Aguiar Stein	Hotel Executivo – Horizontina
22.	Maristela Guareschi	Complexo Cinematográfico de Santa Maria
23.	Patrícia Silveira Lovato	Centro Integrado de Educação e Saúde da Família
24.	Vanessa de Miranda Leschko	Centro de Eventos Atos
25.	Débora Mori Marcuzo	Centro de Eventos de Itaara
26.	Felippe Unfer de Freitas	Centro de Qualificação Profissional da Construção Civil – Santa Maria
27.	Gabrielle Canabarro Patta	Centro de Dança
28.	Geisa Zanini Rorato	Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional para a Quarta Região de Imigração Italiana
29.	Glenda Haas Buchfink	Escola de Gastronomia
30.	Leonardo Veronimo Lameira	Museu Treze de Maio – Espaço de Preservação e Difusão da Cultura Afro-Brasileira
31.	Lisiane Coelho Nunes	Centro Hípico Santamariense
32.	Luciano Godoy Arrussul	Teatro Escola de Dança e Integração Social do Rio Grande do Sul – Tony Petzhold
33.	Marcos Fontoura Cartana	Centro de Eventos e Cultura para o Campus da UFSM
34.	Marta Perini	Escola de Artesanato
35.	Susana Longo	Centro Técnico de Artes
36.	Thaís Faccim de Brum	Hotel Fazenda para Retiros Terapêuticos
37.	Vivian Maurer	Museu de Paleontologia
38.	Ana Luísa de Brito Diesel	Centro de Formação Esportiva – o esporte como instrumento de inclusão social
39.	Jéssica Quinto de Souza	Centro Fraternal Cantinho da Luz
40.	Larissa Carvalho Trindade	Perspectivas para o Km 3
41.	Luciane Scottá	Centro Religioso Padre Florêncio Cobbaut
42.	Thiago Faccin Cazarotto	Núcleo de Esporte e Lazer Nova Santa Marta – ambiente socialmente referenciado
43.	Cristiane Rberta Dilly	Centro de Estética Corporal
44.	Daiana Sago Fagundes	CRHUMA- Centro de reprodução humana assistida
45.	Isis Porlan do Santos	Flet executivo para Santa Maria
46.	Litiane da Silva Leonardi	Royal- Escola de dança e integração social
47.	Camila Preissler	Espaço Beta: Cenro de Apoio, educação e tratamento em diabetes
48.	Alberto Brilhante Wollle	Arquivo Histórico de Santa Maria
49.	Daiane Valetini	Proposta e revitalização arquitetônica –paisagística para o Parque São Vicente Palotti
50.	Filimar Cardoso da Silva	Centro Funerário-cemitério e crematório
51.	Anallu Rosa Barbosa	Centro de educação integrada
15ª Turma- 1º Semestre de 2007		
52.	Juliana Kumpel Jornada	Plano Diretor de desenvolvimento do turismo da Quarta Colônia
53.	Sara Vitelloni Tibola	Centro de atenção psicossocial CAPS- Prado Veppo e unidades residências terapêuticas
54.	Taylor Antônio de F. Brun	Arena Santa Maria
55.	Marieli Moreira Almeida	Salão de assembléias das testemunhas de Jeová
56.	Camila Lorenci Mallmann	Parque urbano ambiental da barragem do Rio Vacacaí Mirim

16ª Turma - 2ª Semestre de 2007		
57-Cássio Lorensini		Da leitura das paisagens às propostas de intervenção paisagística no Parque estadual do Turvo/RS
57-Rocheli Andréia Diel		Centro municipal de triagem de resíduos sólidos urbanos
58-Alessandro Nunes Diesel		Uma proposta para o MASM
59-Anelise Pigatto Rigon		Vitivinicola Taura
60-Cláudia Azevedo Marquardt		Vivências- Centro de recuperação para dependentes químicos
61-Francine Calegari Franciscato		Casa-lar Caracol
62-Luciane Vianna Herter		Link: escola de Gastronomia
63-Caroline Flores		Centro de serviços públicos de Santa Maria
64-Michelle Campos Moraes		Metamorphoses Day Spa
65-Edna Tailise Pereira Silveira		Colônia de Férias- Infante Juvenil
66-Camila Machado Dias		Semear- serviço residencial terapêutico
67-Ana Paula Zago Freitas		Biblioteca Pública municipal de Santa Maria
68-Carolina Geisel Heldweih		Centro de educação infantil e apoio a comunidade
69-Thais Caetano Bochi		Parque natural municipal Oásis
17ª Turma- 1º Semestre de 2008		
70-Anencir Flores da Silva Filho		Espaço da Moto
71-Aline Scapin		Vitae- Instituto de Cultura Física
72-Taís Fuganti Soares		Mercado Público de Santa Maria
73-Christiane Cunha Krun		Usina- Flet estudantil
74-Caroline Pereira Ferreira		Escola Superior de Dsign de Moda
75-Cibele Wlaker		Centro integrado de cultura ação social
18ª Turma- 2º Semestre de 2008		
76-Roberta Silva da Silveira		Residencial estudantil
77-Daniel Soares de Oliveira		Museu do automóvel de Santa Maria
78--Renata Venturini Zampieri		Casa- abrigo para mulheres vítimas de violência
79--Katiane Laura Balsan		Biblioteca pública de Chapecó
80--Gustavo Bernardi		Parque Ambiental- Carijinho-Sobradinho/RS
81--Daiane Hermann Tamiozzo		CRETA- Centro de recuperação e tratamento de transtorno alimentares
82--Tiago Pereira Gonçalves		Albergue Quarta Colônia
83-Guilherme Schneider		Reestruturação do Parque Itaimbé e intervenção no seu entorno imediato
84-Thaiana Roth Puhl		KINESIS- Clínica de fisioterapia
85- Letícia de Castro Gabriel		Por uma nova centralidade: Intervenção em área da mancha ferroviária de Santa Maria/RS
86-Luara Soares Mayer		Espaço Vento Norte- Cultura e exibição cinematográfica
87--Francele Cantarelli Kessler		Escola Bugatti: Ensino profissionalizante em mecânica automotiva
88--Michele Vilanova Ribeiro		C. A. A. Ge: Centro de amparo à adolescentes gestante
89- Lucas Figueiredo Baich		Casa Astrogildo de Azevedo: Uma proposta de intervenção-escola de fotografia de Santa Maria
90-- Ronald Luis da Cunha Jung		Polo Noroeste da URGs: Faculdade de Arquitetura- Urbanismo e Dsign
91--Suelen Artuso		Escola Estadual de Ensino Médio Senhor dos Caminhos- Tapejara/RS
92--Daniele Carginin		Ecopousada Turismo sustentável
93-- Marilha Canteli Gonçalves		Casa-lar e centro de convivência para idosos
94- Luisa de Oliveira Schimidt		Spa equilíbrio- Silveira Martins
95--Giseli Tabarelli		Centro Braille de aperfeiçoamento e inclusão de deficientes visuais

ANEXO 02: Relação dos imóveis cadastrados durante a disciplina de Projeto de Arquitetura VII com as respectivas finalidades.

Disponível em: Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo - UFSM

Relação dos imóveis cadastrados durante a disciplina de Projeto de Arquitetura VII com as respectivas finalidades:

- 1 Conjunto da Estação Férrea de Santa Maria: reciclado para mercado, floricultura, central de confecção de documentos, museu, feira livre, local para show, lancheria.
- 2 Conjunto da Estação Férrea de Santa Maria: reciclado para administração geral; restaurante; espaço para a realização do chamado “Bric da Estação”; sanitários públicos; venda de passagens (trem turístico); uso do largo para shows; estacionamento; local para a Associação dos Amigos da Gare; local para informações turísticas.
- 3 Reciclagem Fábrica de Sabão, Torrefação de Café e Açougue da Cooperativa da Viação Férrea: reciclado para loft, escritório de arquitetura, loja decoração, ateliê artista plástico, e café/ livraria.
- 4 Restauro Residências da Vila Belga: para moradia.
- 5 Conjunto de Novo Treviso: reciclagem dos prédios do Moinho para pousada; Escola para pizzaria e Residência/ Bolicho para venda de produtos coloniais e lazer.
- 6 Conjunto de Pompéia em Silveira Martins: restauração da Capela e projeto da Sacristia. Reciclagem dos prédios da primeira Residência dos Imigrantes para informações turísticas e museu; do Sobrado para administração e restaurante; da Olaria como local de convívio, gastronômico, jogos e festas. Entorno para estacionamentos e integração edificações.
- 7 Colégio Bom Conselho em Silveira Martins: conjunto onde foi restaurada a Capela do Colégio para pousada, pizzaria, centro cultural (sala de apresentações artísticas, museu do imigrante, salas de música, sala exposição, cyber), informações turísticas, agência de viagens, restaurante.
- 8 Restauração da Residência Gildo Fighera na Quarta Colônia: restaurada para moradia e ateliê de um artista plástico.
- 9 Restauro Sede Fazenda em Julio de Castilhos: restauro para residência sede de fazenda atual.
- 10 Restauração da Residência Arisi Quadros em Santa Maria: para seguintes usos: Escola Idiomas ou Centro Gestante ou Escola Gastronomia ou Escola de Artes ou Centro Odontológico.

11 Reciclagem da Sede Atual da Associação Italiana de Santa Maria: como sede da associação, salas exposição, salas de aulas, salas dos círculos, espaço para festas típicas e ensaios e apresentações artísticas.

12 Reciclagem Conjunto da Sede Antiga da Associação Italiana de Santa Maria: para pousada ou escola de gastronomia.

13 Intervenção no Museu Gama D'Eça: para museu de diferentes acervos.

14 Intervenção no Palacete Batista Seroni: proposta para sede da Academia Santamariense de Letras.

ANEXO 03: Corpo Docente do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural.

Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgppc/>

CORPO DOCENTE DO PPGPPC

-

PROF. DR. CARLOS BLAYA PEREZ- UFSM -ARQUIVOLOGIA

PROF. DR. CARYL LOPES - UFSM -ARQUITETURA

PROF^a. DR^a. DENISE SAAD – UFSM –ENGENHARIA CIVIL

PROF. DR. DANIEL FLORES – UFSM – DOCUMENTAÇÃO- ARQUIVOLOGIA

PROF. DR. ÁTILA DA ROSA - UFSM –GEOLOGIA- HISTÓRIA

PROF. DR. GERALDO C. ISAIA - UFSM –ENGENHARIA CIVIL

PROF. DR. RICARDO ROCHA - UFSM -ARQUITETURA

PROF. DR. SAUL MILDER - UFSM –ARQUEOLOGIA-HISTÓRIA

PROF. DR. JULIO QUEVEDO – UFSM -HISTÓRIA

PROF^a. DR^a. MEDIANEIRA PADOIN - UFSM- HISTÓRIA